



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 038

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PR	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Partido Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Professor Luizão
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN .....	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV .....	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR .....	Jocelito Canto

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 038**

### **37ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Requerimentos ..... 05

**Ordem do Dia:**

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 13

3ª Discussão ..... 29

1ª Discussão ..... 29

Discussão Única (Proposição) ... 31

Requerimentos ..... 34

**Encerramento da Sessão ..... 34**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

Redação ..... 35

Constituição e Justiça ..... 35

### **DIÁRIO Nº 038**

### **37ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2008**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapason, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco

Bührer, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausente o Sr. Deputado Felipe Lucas (01).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Nishimori (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios***

Sob os nºs CTL/CC 086, 087, 088 e 135/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

050/08: de autoria do Tribunal de Justiça que, reajusta conforme especifica os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do Quadro Efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, vinculados à Secretaria, ao Foro e aos Juizados Especiais, a partir de 01/01/08, o qual convertido em Lei tomou o nº 15799. **Anote-se - Arquite-se.**

002/08: de autoria do Poder Executivo que, dá nova redação ao artigo 6º, da Lei nº 15329, de 15/12/06, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15800. **Anote-se - Arquite-se.**

659/07: de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida que, dispõe que, por ocasião da edição ou publicação das leis estaduais contera o nome do autor ou dos autores dos respectivos projetos de lei, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 15801. **Anote-se - Arquite-se.**

076/08: de autoria do Tribunal de Justiça que, cria a 55ª Seção Judiciária com sede na comarca de Marechal Cândido Rondon, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 15803. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CTL/CC 089/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 639/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 090/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 025/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 091/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 743/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 092/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 551/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 093/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 806/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, por considerá-lo

inconstitucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 094/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 796/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 095/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 669/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 096/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 581/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 137/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 556/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 138/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 633/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 134/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 721/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 108/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 157/SETR, acerca da Indicação Legislativa nº 507. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 109/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 030/087-DAS/SEAP, acerca da Indicação Legislativa nº 646. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 110/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 0395-GS/08/SETP, acerca da Indicação Legislativa nº 621. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 111/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 6140/07/SEED, acerca da Indicação Legislativa nº 525. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 112/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia da Informação nº 036/08/SEFA, acerca da Indicação Legislativa nº 545. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 113/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício nº 534/SESP, acerca da Indicação Legislativa nº 576. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC 097 a 107/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 859/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana, 854/07 do Deputado Felipe Lucas, 853/07 do Deputado Luiz Nishimori, 852/07 do Deputado Augustinho Zucchi, 848/07 do Deputado Luiz Claudio Romaneli, 846/07 do Deputado Luiz Accorsi, 842/07 do Deputado Nereu Moura, 841/07 do Deputado Elio Rusch, 723/07 do Deputado Chico Noroeste, 430/07 do Deputado Elton Welter e 597/07 do Deputado Waldyr Pugliesi. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº 245/08-GP do Sr. J. Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando em aditamento ao Ofício nº 206/08-GP do referido Tribunal, uma nova versão do Anexo I, Juízos de Destinação dos Cargos em Comissão, Simbologia 3-C, para substituir a versão anterior do Anexo I do anteprojeto de lei. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 368/08-OE do Sr. Carlos Hoffmann - Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando fotocópia do Acórdão nº 8508, proferido nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 386112-9, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como autor Procurador Geral do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 405/08-OE do Sr. Ruy Cunha Sobrinho, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando fotocópia do Acórdão nº 8425, proferido nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 410475-8, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como autor Valdir Luiz Rossoni. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 767/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 424/08 - Primeira Câmara, exarado no Processo nº 338636/00-TC, referente à Impugnação de Despesas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 796/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópia do Acórdão nº 1928/07 - Primeira Câmara, exarado no Processo nº 321080/02-TC, referente à Impugnação de Ato realizado pela Universidade Estadual de Maringá. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 827/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto que solicita documentos e esclarecimentos sobre locação de

carros utilizados no Governo do Estado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 875/08 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto que solicita documentos e esclarecimentos sobre locação de prédio comercial em Ponta Grossa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 268/08-DG/SEED do Sr. Ricardo Fernandes Bezerra, Diretor Geral da Secretaria de Estado da educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Fábio Camargo que solicita relatório com levantamento das escolas de ensino regular que possuem infra-estrutura, transporte escolar e equipe multidisciplinar para receber alunos especiais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 403/08 do Sr. Paulo Roberto Messias Strack, responsável pela Central de Convênios da EMBRATUR, informando celebração de Convênio nº 00070/07, entre a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo como concedente, a Secretaria de Estado do Turismo do Paraná, como conveniente e o estado do Paraná, como interveniente, tendo por objeto a execução das ações previstas no Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil, para o estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 178/08/Agência Governo do Sr. Luis Henrique Borgo, Gerente Geral da Caixa Econômica Federal, informando a liberação de recursos financeiros no valor de R\$ 823.000,00 (oitocentos e vinte e três mil reais) destinados ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PR, no âmbito do Programa OGU/MDA/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL 000273/08 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados à execução do programa PNATE - FUNDAMENTAL junto a Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para a votação da Emenda nº 01, de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei nº 116/08, item 01 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) VALDIR ROSSONI

## REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para a votação da Emenda nº 02, de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei nº 116/08, item 01 constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento de Antonio Carlos Gomes, conhecido por Careca, ocorrido ontem, nesta capital.

Requer, ainda, que deste requerimento seja dada ciência à Sra. Nadir Gomes, viúva do extinto.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Antonio Carlos Gomes, conhecido carinhosamente como Careca, em razão de sua atividade, sempre esteve envolvido nos meios políticos, sendo conhecidíssimo de todos os Parlamentares desta Casa de Leis como também pelos funcionários.

Com seu jeito simples, carregou durante sua vida inúmeros amigos e seu passamento, vítima de doença que o acometeu já há alguns meses, deixa entristecidos, não só seus familiares, como também todos os que o conheciam.

Nossas condolências à família enlutada e nossa inteira solidariedade nesse momento de dor.

## REQUERIMENTO Nº 845

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Santa Neto, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Luiz Weiss de Souza, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Roberto de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sandro Marino Gonçalves, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zuleika Justus Madureira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 875

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ilda Kruger, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 876

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valter Luiz Rodrigues, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdemar Biscaia da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 878

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Bermuzila Lara Fernandes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 879

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria da Conceição Venar, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 880

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosângela de Fátima Ferreira de Lima, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 881

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Lopes dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professora Lucia Barros Lisboa, município de Londrina. Fundado em 24/02/89, tem como Diretor o respeitado professor Claudio Henrique de Almeida e como Secretária a ilustre professora Simone Gonzaga. Com 57 professores e 29 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da Educação de 1.451 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Claudio Henrique de Almeida, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público à Escola Estadual Professor Kazuco Ohara, município de Londrina. Fundada em 12/03/70, tem como Diretora a respeitada professora Enedmea Regina Martins e como Secretária a ilustre professora Leila Natalina Brandão. Com 43 professores e 15 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 698 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Enedmea Regina Martins, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público à Escola Estadual Monsenhor José Maria Escrive, município de Londrina. Fundada em 07/12/87, tem como Diretora a respeitada professora Luzia Maria de Jesus Alves e como Secretária a ilustre professora Deolinda Sversuti. Com 32 professores e 13 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 461 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Luzia Maria de Jesus Alves, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 853

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Machado de Assis, município de Londrina. Fundado em junho de 1962, tem como Diretora a respeitada professora Aparecida Olinto Bernardino Vieira e como Secretária a ilustre professora Emiko Abe Shimada. Com 30 professores e 10 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 367 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Aparecida Olinto Bernardino Vieira, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 854

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professor José Carlos Pinotti, município de Londrina. Fundado em 11/07/97, tem como Diretora a respeitada professora Evelice Maria Bueno e como Secretária a ilustre professora Zilene Santoro de Santana. Com 52 professores e 26 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 1.079 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Evelice Maria Bueno, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 855

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual José de Anchieta, município de Londrina.

Fundado no ano de 1950, tem como Diretora a respeitada professora Jacinta Edjeane Leite Cavalcante e como Secretária a ilustre professora Cristiane Lucia Cardozo. Com 60 professores e 27 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 777 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Jacinta Edjeane Leite Cavalcante, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 856

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professor José Aloisio Aragão, município de Londrina. Fundado em 20/06/60, tem como Diretor o respeitado professor João Batista Martins e como Secretário o ilustre professor Artur Lanckievicz. Com 75 professores e 31 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 1.287 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor João Batista Martins, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 857

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público à Escola Estadual Professor João Rodrigues da Silva, município de Londrina. Fundada em 27/01/98, tem como Diretora a respeitada professora Sonia de Souza Silva Alvares e como Secretária a ilustre professora Nadir Felipe. Com 34 professores e 17 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 659 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa,

digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Sonia de Souza Silva Alvares, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 858

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual João Sampaio, município de Londrina. Fundado em 10/04/63, tem como Diretor o respeitado professor Vlademir Nunes Ribeiro e como Secretário o ilustre professor Sergio Aparecido Nabarro. Com 34 professores e 17 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 659 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Vlademir Nunes Ribeiro, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao CEEBJA Londrina, de Londrina.

Fundado em 19/10/84, é dirigido pela respeitada professora Thelma Suely Kochmansky, secretariada pela eminente professora Lady Cristina Capelatti Tatizawa, contando com 121 professores e 33 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 3.079 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Thelma Suely Kochmansky, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao CEEBJA UEL, de Londrina.

Fundado em fevereiro de 1998, é dirigido pela respeitada professora Sonia Aparecida do Nascimento Abranches, secretariada pela eminente professora Sueli Regina Salvalagio Campana, contando com 35 professores e 12 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 779 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Sonia Aparecida do Nascimento Abranches, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 861

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações à Escola Estadual Evaristo da Veiga, de Londrina.

Fundada em maio de 1945, é dirigido pela respeitada professora Arlene Aparecida Alves, secretariada pela eminente professora Cleusa Aparecida dos Santos, contando com 44 professores e 24 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de 802 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Arlene Aparecida Alves, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 862

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Colégio Estadual Capitão Euzébio B. de Menezes, de Londrina.



Fundado em 1967, é dirigido pela respeitada professora Meire de Fátima Terrazon, secretariada pelo eminente professor Fábio Augusto Peixoto, contando com 26 professores e 10 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de seus 283 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Meire de Fátima Terrazon, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Colégio Estadual Professora Déa Alvarenga, de Londrina.

Fundado em 18/04/83, é dirigido pela respeitada professora Maria Ivone de Moraes, secretariada pela eminente professora Simônia Andréia da Silva, contando com 37 professores e 16 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de 364 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Maria Ivone de Moraes, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 864

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Colégio Estadual Dario Vellozo, de Londrina.

Fundado em outubro de 1978, é dirigido pela respeitada professora Edna Gelsomina Maimone, secretariado pela eminente professora Nivea Maria Haggi Favero, contando com 29 professores e 09 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na educação de 176 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Edna Gelsomina Maimone, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 865

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao CEEBJA Professor Manoel Machado, de Londrina.

Fundado em fevereiro de 1994, é dirigido pela respeitada professora Regina Célia de Castro Baptista, secretariado pela eminente professora Maria Aparecida Luca Favoreto, contando com 21 professores e 06 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na Educação de 381 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão educacional de jovens reclusos na penitenciária.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados à Diretora Regina Célia de Castro Baptista, com votos de permanente sucesso a ela e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 866

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Colégio Estadual Dr. Gabriel C. Martins, de Londrina.

Fundado em 23/08/66, é dirigido pelo respeitado professor Ney Mezzadri, secretariado pela eminente professora Maria Aparecida Colabone, contando com 40 professores e 14 funcionários que, mesmo percebendo salários bem abaixo do que merecem, trabalham com competência, garra, idealismo e amor na Educação de 794 alunos. Todos estão de parabéns, pois eles oferecem o melhor de si na nobre missão de preparar nossos jovens para o presente e para o futuro.

Requeiro que o reconhecimento público e a homenagem desta Casa de Leis sejam comunicados ao Diretor Ney Mezzadri, com votos de permanente sucesso a ele e sua equipe, todos merecedores de nossos aplausos.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 867

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Instituto Educacional de Surdos, município de Londrina. Fundado em 11/11/78, tem como Diretora a respeitada professora Doralice Dias da Silva e como secretária a ilustre professora Marilda Motta Campos. Com 25 professores e 10 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da Educação de 123 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Doralice Dias da Silva, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Humberto Puiggari Coutinho, município de Londrina. Fundado em 01/02/84, tem como Diretora a respeitada professora Leliane Noivo Jorge e como Secretária a ilustre professora Sônia Raimunda Toffoli da Silva. Com 51 professores e 20 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da Educação de 729 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Leliane Noivo Jorge, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 869

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público à Escola Estadual Jardim Eldorado, município de Lon-

drina. Fundada em 01/02/84, tem como Diretora a respeitada professora Silvia Regina Albieri Koritiaki e como Secretária a ilustre professora Adimara Maria Oliveira de Camargo. Com 17 professores e 10 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 167 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Silvia Regina Albieri Koritiaki, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual de Guaravera, município de Londrina. Fundado em 29/06/94, tem como Diretor o respeitado professor Paulo Sérgio Bartholomeu e como Secretária a ilustre professora Josemara Queiroz Silvério. Com 26 professores e 11 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 321 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Paulo Sérgio Bartholomeu, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professor Dr. Heber Soares, município de Londrina. Fundado em novembro de 1996, tem como Diretor o respeitado professor Gilberto de Carvalho e como Secretária a ilustre professora Marise Sueli Correa Massaro. Com 39 professores e 18 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 702 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa,

digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Gilberto de Carvalho, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público à Escola Estadual Margarida Barros Lisboa, município de Londrina. Fundada no ano de 1983, tem como Diretora a respeitada professora Vânia Cristina Leme de Souza e como Secretária a ilustre professora Dulcinéia de Souza. Com 28 professores e 13 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 364 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Vânia Cristina Leme de Souza, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 873

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professora Maria José Bauzanelo Aguilera, município de Londrina. Fundado em abril de 1987, tem como Diretor o respeitado professor Norberto Giacominini e como Secretária a ilustre professora Vilma Paula Teles. Com 80 professores e 30 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 1.578 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor Norberto Giacominini, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários

que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 874

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público ao Colégio Estadual Professora Maria Helena Davatz, município de Londrina. Fundado em 26/04/00, tem como Diretor o respeitado professor João Armando Piedade e como Secretária a ilustre professora Claudia Tavares. Com 37 professores e 14 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 769 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada ao Diretor João Armando Piedade, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional colégio.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, reconhecimento público à Escola Estadual Professor Lauro Gomes da Veiga Pessoa, município de Londrina. Fundada em setembro de 1987, tem como Diretora a respeitada professora Luci Leni Breve e como secretário o ilustre professor José Carlos Caradador. Com 33 professores e 21 funcionários, mesmo não recebendo os salários que merecem, cuidam, com competência, garra, idealismo e muito amor da educação de 845 alunos. Eles formam uma equipe maravilhosa, digna do respeito, aplauso e homenagem deste Poder Legislativo, sendo justo que este reconhecimento fique registrado nos Anais da nossa história.

Requeiro que a decisão do Plenário seja comunicada à Diretora Luci Leni Breve, com votos de permanente sucesso a todos os professores e funcionários que têm dedicado boa parte de sua vida no engrandecimento de tão tradicional escola.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO N° 883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Capitão da Polícia Militar Suildo João Biscaia Filho, pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense.

Solicito a especial gentileza em notificar o Capitão da Polícia Militar Suildo João Biscaia Filho acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ALEXANDRE CURI

## REQUERIMENTO N° 884

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Coronel QOPM Carlos Alexandre Scheremeta, pela assunção ao cargo de Comandante do Policiamento da capital.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ALEXANDRE CURI

## REQUERIMENTO N° 885

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Coronel QOPM Anselmo José de Oliveira, pela assunção ao cargo de Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ALEXANDRE CURI

## REQUERIMENTO N° 886

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Coronel QOPM Celso José Mello, pela assunção ao cargo de Chefe do Estado Maior.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ALEXANDRE CURI

## REQUERIMENTO N° 887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Coronel QOPM Amaro do Nascimento Carvalho, pela assunção ao cargo de Comandante do Policiamento do interior.

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) ALEXANDRE CURI

## REQUERIMENTO N° 821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado pedido de informação ao Secretário de Indústria, Comércio e assuntos do MERCOSUL, Sr. Virgílio Moreira Filho, solicitando as seguintes informações:

1) Que critérios foram utilizados no planejamento que vai orientar a distribuição dos recursos (US\$ 16,6 milhões) previstos no programa Arranjos Produtivos Locais?

2) Quais critérios determinaram a escolha das empresas e entidades a serem beneficiadas?

3) Por que a região central, apesar de suas necessidades prementes, não foi incluída no programa?

4) Que procedimento pode ser adotado para um novo ordenamento dos recursos, considerando a ordem de prioridade das regiões mais necessitadas de investimentos?

Sala das Sessões, em 28/04/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que os municípios da região central do estado, microrregião de Guarapuava, não figuram na relação de investimentos previstos por esta Secretaria, dentro do planejamento destinado aos Arranjos Produtivos Locais (APL). O boletim publicado em abril pela Secretaria não relaciona aqueles municípios.

Acredito não ser um simples esquecimento de contemplar a região central no mapa que ilustra a reportagem em questão, mas sim a ausência de um programa de desenvolvimento mais consistente para os municípios que compõem uma das áreas de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Paraná e também, paradoxalmente, um dos maiores índices de produção e produtividade agropecuária.

### *Ordem do Dia:*

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, acho que estamos numa Sessão que foi suspensa e ela abre portanto, como continuidade daquela reunião, votando a Ordem do Dia daquela reunião.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Exatamente! Quero solicitar a atenção dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, informando ao Plenário que estamos dando continuidade à Sessão Plenária da última quarta-feira, dia 23 de abril, atendendo o disposto

no requerimento apresentado pelos Líderes da Situação e Oposição, propondo que a mesma fosse adiada para o dia de hoje, 28 de abril.

No encerramento da Sessão passada estava em discussão o requerimento da Liderança do Governo, que requeria votação em bloco das Emendas nºs 01, 02, 03 e 05, ao Projeto de Lei nº 116/08, que dispõe sobre o piso salarial do estado do Paraná.

Entretanto, esta presidência, em atendimento ao que dispõe o *caput* do artigo 170 do Regimento Interno, considera **prejudicado** o requerimento da Liderança do Governo, pois as emendas devem ser votadas em grupo conforme tenham parecer favorável ou contrário.

O artigo 170 diz o seguinte: *As emendas serão votadas em grupo conforme tenham parecer favorável ou contrário.*

Isto posto, primeiramente votaremos os dois requerimentos de pedido de destaque, encaminhados à Mesa, no último dia 23, o que dispõe o parágrafo 2º do mesmo artigo 170, do nosso Regimento Interno, que diz: *“O Plenário poderá conceder com requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se façam distintamente, uma a uma”*.

Portanto, vamos colocar em votação o destaque ou os requerimentos de pedido de destaque dos Deputados Valdir Rossoni e Deputado Antonio Belinati. Colocamos em votação primeiro o projeto, ressalvadas as emendas. Depois, ressalvadas as emendas, votamos os dois pedidos de destaque.

## Discussão / Votação

### 2ª Votação (Votação em)

#### ITEM 01

##### VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/08, que reajusta os valores dos pisos salariais do Paraná, a vigorar a partir de 1º de maio de 2008. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLÊNARIO, COM PARECER DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Os Srs. Deputados favoráveis ao projeto, digitem a expressão SIM. Os contrários, expressão NÃO. Depois de digitarem suas senhas.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Gostaria que V. Exa., até porque é uma função atípica, desse um tempo para que os Parlamentares descessem, porque tem Parlamentares que têm emendas e não estão no plenário.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu até tinha solicitado a alguém que pedisse a chamada nominal, para dar tempo, mas ninguém pediu.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Estamos pedindo, então.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não solicitamos porque percebemos que havia quórum, 38 Deputados presentes. Estamos requerendo chamada nominal, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para que os Srs. Deputados venham ao plenário. Agora já estamos em processo de votação. Já votamos, 38 presentes. Quando chegar na hora das emendas, aí sim. Eu havia solicitado para que alguém pedisse, e ninguém pediu.

Trinta e cinco Srs. Deputados aprovam o projeto.

#### Aprovado o projeto de lei, artigo por artigo.

Passa-se à discussão e votação dos dois requerimentos de pedido de destaque. O primeiro pedido, Requerimento nº 842, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Emenda nº 01 de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei nº 116/08.

Faço questão de ler a emenda para que saibamos o que estamos votando. A emenda firmada por diversos Srs. Deputados: *Fica assegurado a todo servidor público estadual, civil e militar, vencimento básico e soldo respectivamente igual ou superior ao piso salarial previsto no inciso I do artigo 1º desta lei.*

Em discussão.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria que V. Exas. pudessem, de fato, por conta de que esta Sessão foi interrompida na última quarta-feira, e foi por um acordo havido com a Oposição, em função do horário da Sessão Solene marcada, Deputado Cheida, e por isso que tivemos que fazer essa continuidade da nossa votação.

Então, para que V. Exas. entendam, a Mesa não recebeu requerimento apresentado pela Liderança do Governo no entendimento que deveria aplicar o *caput* do artigo 170 do Regimento Interno, que são as emendas que já tenham recebido, em bloco, parecer favorável ou contrário. Assim, deve ser feita a votação aqui no plenário. Por isso que o entendimento que nós, hoje pela manhã, mantivemos com o Presidente desta Casa, é que concordamos com o não recebimento do requerimento da Liderança do Governo e da votação dos pedidos de destaque.

E aí quero entrar no mérito do requerimento do pedido de destaque, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. É que como V. Exa. sabe, especialmente em relação à Emenda nº 01, há aqui por conta dos autores dessa emenda uma evidente e objetiva falta de entendimento do que já está em vigor no nosso estado. Como V. Exas. sabem, esta Casa de Leis já aprovou e está em vigor o piso salarial do servidor público. E eu pergunto: quais de

V. Exas. sabem qual é o valor do piso salarial em vigor, por lei, nesta Casa, que esta Casa votou? Infelizmente V. Exas. não se lembram, mas vou dizer aqui: é R\$ 580, Deputado Valdir Rossoni, já está em vigor o piso mínimo dos servidores públicos do estado do Paraná; e hoje o que se recebe, sem considerar as condições pessoais no valor de tabela, é R\$ 599,37. Por isso que essa emenda, na verdade, no mérito da emenda, deve e precisa ser rejeitada, e esse requerimento pede um destaque nessa emenda, por isso que ela pode ser votada em bloco com as outras emendas. Por conta do quê? Quando se fala em soldo da Polícia Militar, sabemos que o policial militar ganha uma remuneração, e essa remuneração, hoje, sem considerar as vantagens pessoais para os Soldados de 1ª Classe, é do valor de R\$ 1.636.

Por isso, Srs. Deputados, ao entendimento, e o nobre Relator Carlos Simões, quando na Comissão de Justiça, apresentou um relatório, acatou uma das emendas, justamente aquela do Deputado Reni Pereira que revoga a lei anterior para poder vigir a nova lei como um instrumento normativo das relações trabalhistas no nosso estado. Por isso que pedimos para rejeitar esse requerimento e que possamos votar de forma muito objetiva o projeto, da forma como ele veio do Executivo. O projeto foi fruto de uma ampla discussão havida com o movimento sindical, com os estudos patrocinados pelo DIEESE e pelo IPARDES. E o Paraná passará a ter, a partir do dia 1º de maio, o maior salário-mínimo vigente no Brasil, que é de R\$ 548. É um grande instrumento para superar a desigualdade social.

E em relação aos servidores públicos, esses serão contemplados com reajuste de 5%.

Como as emendas rejeitadas pelo Relator tratam da mesma matéria, pedimos a rejeição do requerimento apresentado pelo Líder da Oposição.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi o encaminhamento do Deputado Romanelli contrário à discussão da nossa emenda. Nessa emenda queremos fixar o mínimo do servidor público e queremos discuti-la separadamente. O Líder do Governo está regimentalmente correto, mas tira o direito de encaminhar a questão no mérito. Por que não discutir emenda por emenda? Por que passar rapidamente por esta questão?

Deputado Romanelli, quando V. Exa. afirma que a remuneração de Soldado de 1ª Classe é de R\$ 1.600, concordamos. Mas o mínimo dele é de R\$ 304, o restante do salário são adicionais. O que queremos com isso?

Quando você fixa o salário-mínimo da iniciativa privada, depois do recebimento vêm os aditivos.

O que queremos é ter o direito de discutirmos emenda por emenda. Hoje não teríamos nenhum prejuízo em discutir emenda por emenda.

Por exemplo: os Deputado Mauro Moraes e Marcelo Rangel poderiam ter pedido destaque para o aumento de 19% na emenda de V. Exas. Aí sim entraríamos no mérito. O Governo encaminha para esta Casa um aumento aos servidores públicos de apenas 5%. Então, Sr. Presidente, apelo ao Líder do Governo para que peça à Bancada do Governo para que aprove nosso pedido de destaque, porque teremos a oportunidade de discutir emenda por emenda. Na nossa emenda estamos apenas querendo fixar o mínimo do mínimo para o servidor público.

Quando se fala em soldo se fala em salário da Polícia Militar. Aí é que está a grande controvérsia. O argumento do Líder é que o salário é R\$ 1.600. O que queremos é que o soldo do militar seja fixado no mínimo regional.

Deputado Romanelli, quero fazer um apelo a V. Exa., que hoje veio com um traje igual ao meu. Poderíamos até depois pegar uma viola ali e cantarmos alguma música. Quero pedir a V. Exa. que abra mão da derrubada do pedido de destaque, até porque tivemos a compreensão de entender V. Exa. e o Presidente da Casa em interromper a Sessão de quarta-feira. Vamos discutir o mérito dessas emendas. É importante, podemos amadurecer.

Para concluir o meu pronunciamento. Ora, se nenhum Soldado, ninguém do serviço público recebe menos que o salário-mínimo, por que não aceitar a emenda? Não aumenta a despesa, apenas resguardamos o direito do servidor público. Por isso, apelo ao bom senso do Líder Romanelli para que não derrube o nosso pedido de destaque.

Obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar o requerimento de pedido de destaque, com a palavra o Sr. Deputado Marcelo Rangel.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, amigos da imprensa, cidadãos do estado do Paraná.

Subo à tribuna para encaminhar a favor deste requerimento de destaque para esta emenda que considero de extrema importância. Atenção, senhoras e senhores que estão nos acompanhando, vamos votar hoje o aumento, também, do soldo dos policiais do estado do Paraná. A emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 116/08 tem como artigo 4º a seguinte súmula: *Fica assegurado a todo servidor público estadual, civil e militar, vencimento básico e soldo respectivamente igual ou superior ao piso salarial previsto na lei, que acabamos de votar.*

Senhoras e senhores, encaminho favoravelmente a este requerimento de pedido de destaque, porque temos todo tempo do mundo. Na quarta-feira subi à tribuna e fiz em meu pronunciamento o alerta de que poderíamos pas-

sar até mesmo da meia-noite. Poderíamos ficar aqui, várias e várias horas discutindo, regimentalmente, o que nos é assegurado, é prerrogativa parlamentar. Hoje, vamos fazer dessa forma, porque se aqui nesta tribuna estivesse um Soldado, um policial militar, como Deputado Estadual, ficaria o tempo que fosse necessário para encaminhar a favor de um soldo regular, de um soldo legítimo, porque este soldo que aí está é ilegal.

Na reunião que fizemos a portas fechadas com o Secretário da Segurança, afirmamos ao Secretário que esse era um grave problema no estado do Paraná. Um soldo que não chega a R\$ 300 tinha que ser revisto imediatamente. E é esta a grande chance, Sr. Presidente, é este o grande momento, Deputado Douglas Fabrício. Nós da Bancada da Oposição e também os demais Parlamentares que acreditam que o salário dos policiais está defasado, que este soldo está realmente irregular, vão encaminhar favoravelmente a estas emendas. E o destaque primordial, porque se derrubarmos, se a Assembléia Legislativa não acatar o pedido de destaque, será uma grande articulação política para passar um rolo compressor por tudo. Temos, sim, que ampliar o debate com os demais Parlamentares, para falar a respeito desse problema que é o soldo.

Deputado Rossoni, temos um dos menores efetivos do Brasil, ou seja, os nosso policiais correm mais riscos de vida nas ruas e o soldo do policial não chega ao salário-mínimo vigente no Brasil.

O que estamos pedindo? Queremos que o soldo seja o mesmo do salário-mínimo regional que acabamos de aprovar. Porque os empresários, as empresas terão que pagar esse salário-mínimo. Mas o exemplo tem que vir de casa, tem que vir do Palácio, o exemplo tem que vir do Governo para os seus servidores públicos e principalmente na área de Segurança. Falamos tanto a respeito dos problemas de Segurança no estado do Paraná nesses últimos dias e um dos graves problemas é justamente a falta de valorização profissional para os nossos valorosos profissionais da área de Segurança, para os nosso policiais.

Portanto, vou defender até o final e vou subir quantas vezes for necessário a esta tribuna para encaminhar todas as emendas, todos os requerimentos. Porque é assim que a Oposição faz. A Oposição batalha, luta até o final. E eu sei que é por uma causa justa e as pessoas que estão nos acompanhando em casa e aqui, através da imprensa, sabem que estamos pleiteando algo justo, sério e necessário.

Era isso que eu tinha para falar por enquanto.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar, Deputado Caíto Quintana.

Esta presidência, com satisfação anuncia a presença do Deputado Federal Eduardo Sciarra. Seja bem-vindo a nossa Casa.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)**  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Minha saudação ao Deputado Eduardo Sciarra. Tenho certeza que se fosse na Câmara Federal, a emenda defendida pelo Deputado Rangel dificilmente viria a Plenário para votação. É bom que se esclareça porque o Deputado assim o fez, para os ouvintes da TV SINAL.

V. Exa., Deputado Rangel, está errando o alvo da discussão no dia de hoje. O Deputado Romanelli já expôs que o nosso Regimento diz que emendas que têm tido parecer em bloco pela inconstitucionalidade, essas emendas votam em bloco. Não vamos discutir isso. Aí até caberia uma defesa. Mas, V. Exa. está solicitando que se dê aumento de piso salarial de servidor público num projeto de lei que está tratando de salário-mínimo regional da iniciativa privada. O Deputado Jocelito Canto, que é do seu município, entendeu rapidamente essa questão e desta tribuna, inclusive, citou isso.

O Governo está para encaminhar na Assembléia Legislativa o projeto de aumento do servidor público, de todas as categorias. E não se quer aqui apadrinhar, porque é público e notório que o Governo irá encaminhar, possivelmente, um aumento diferenciado ao policial militar, no projeto de aumento do servidor público. Imagine, V. Exa. ao contrário, se o Governo estivesse aqui enviando uma mensagem para o aumento do servidor público e entrássemos com uma emenda aumentando o salário-mínimo regional. Seria possível? Não. O inverso é verdadeiro. No instante em que está se tratando do salário-mínimo regional, não se trata da questão do salário do servidor público; é apenas, na melhor das hipóteses, para gerar uma confusão naqueles que não entendem do processo legislativo.

Isso não é bom para a Assembléia, porque ela está vendendo uma mensagem externa pela televisão e para aqueles que nos assistem, que estamos discutindo verdadeiramente um fato, quando ele não o é. Mesmo quando vier o projeto do Poder Executivo, fixando aumentos salariais para o servidor público, podemos canalizar a voz do servidor público exigindo um aumento maior. Também temos um Regimento e uma Constituição dizendo o que é competência do Executivo. Infelizmente, após e durante a revolução, se cassou muito as prerrogativas do Parlamento, que não voltaram. Esse mesmo Regimento Interno e essa mesma Constituição nos dizem que não cabe ao Parlamento emendar projetos que aumentem ou diminuam despesa.

Portanto, nenhuma lei votada por unanimidade nossa, nesta Casa, é superior àquilo que é um preceito da Constituição. Não podemos vender uma imagem que não podemos cumprir. Não podemos vender o que não podemos entregar. A valorização do Parlamento, Deputado Nelson Justus, prezado Presidente, vai se firmar, quando formos capazes de votarmos, aqui, dentro desta Casa, leis exequíveis, que possam levar benefícios e não leis que unicamente nos façam um discurso, para que possamos passar, como se eu quisesse dar e os outros 53 votassem contra. Não é assim. O fortalecimento do Parlamento se dará no instante em que tivermos consciência, primeiro, qual é o nosso papel aqui dentro e aonde podemos ir. E

onde nos foge esse poder, por estarmos interferindo na autonomia do outro Poder, escrito na Constituição do nosso estado do Paraná e da Constituição Nacional.

Gostaria de pedir *vênia*, ao invés de ficarmos com discussão, o que não vai levar a nada, não será votado e não trará benefício para ninguém. Espero que a Oposição seja valente e forte para discutir o aumento do servidor público, quando a mensagem que vier aqui for do servidor público. Mas não agora, na hora em que está se atrasando a votação do aumento do salário-mínimo regional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda para encaminhar o Deputado Elio Rusch e na sequência os Deputados Douglas Fabrício e Elton Welter.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada, na quarta-feira, discutimos a questão, mas apenas o requerimento do Deputado Líder do Governo, que foi retirado da pauta da Sessão de hoje. Então, rege-se exatamente como falamos naquela quarta-feira, Presidente Nelson Justus: foi requerido que se retirasse esse requerimento da pauta e que se votasse os requerimentos, pedindo a votação das emendas apresentadas ao referido projeto. Apresentamos, por que o pedido de destaque desta emenda? Deputado Valdir Rossoni, V. Exa., como Líder da Oposição e subscritor deste requerimento pedindo destaque da emenda apresentada pela Bancada da Oposição, nada mais justo e nada mais correto, e eu não vejo motivo de o Líder do Governo não querer discutir e votar as emendas separadamente, porque uma emenda não tem o mesmo objetivo da outra emenda. Sabemos que o parecer da CCJ - e que foram analisadas as emendas - acolheu uma emenda e não acolheu as demais. Mas, por que aqui no plenário não podemos votar separadamente as emendas? O que solicitamos na emenda é exatamente que seja aplicado para o setor público o mesmo que foi aplicado para o setor privado.

Então, a nossa emenda é totalmente diferente das demais, não vejo razão e não vejo motivo. E essa discussão que estamos fazendo em torno do requerimento de destaque, acho que apenas estamos ocupando o espaço dos Srs. Parlamentares, ocupando o tempo aqui na Sessão, Presidente Nelson Justus, quando na verdade já poderíamos estar discutindo as emendas para depois discutirmos o projeto, e estamos discutindo um requerimento pedindo destaque.

Então, na verdade, estamos perdendo tempo, a boa técnica legislativa nos ensina isso. Por que não votar emenda por emenda separadas? Não sei qual é o medo, qual é o receio que a Bancada do Governo - eu não vou dizer toda a Bancada, mas o Líder do Governo - tem em não querer votar emenda por emenda separadas, não são tantas. Se fossem 30 emendas, 40, aí tudo bem mas são quatro, cinco emendas que foram apresentadas ao projeto. Com certeza poderíamos ser muito mais rápidos.

Caso ela venha ser aprovada, vamos usar todas as formas. Tenham a certeza que depois de discutirmos as emendas, vamos encaminhar as emendas e depois vamos discutir o projeto, vamos encaminhar o projeto. Quer dizer, tudo isso vai atrasar muito mais a própria votação. Não que isso venha em prejuízo à implantação do piso salarial regional que está se votando e o seu aumento, aqui na Plenária, na Sessão de hoje. Agora, não dá para entender, eu não sei porquê.

O Líder do Governo está dando uma entrevista agora, aqui no comitê da imprensa, mas entendo que tanto a emenda apresentada pela Bancada da Oposição, a emenda apresentada pelo Deputado Belinati, a emenda apresentada pelo Deputado Reni Pereira, são emendas totalmente diferentes e que deveriam ter as suas votações separadas e a votação também separada pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

Não vejo o porquê e espero que os Srs. Parlamentares aprovem este requerimento, esse pedido de destaque, para que possamos votar separadamente essa emenda que a Bancada da Oposição apresenta junto ao projeto, que é uma mensagem originária do Poder Executivo, para que possamos estender esse piso salarial também para o funcionalismo público. Quer dizer, todos os funcionários, no seu nível final, incluindo todas as vantagens, ninguém recebe menos, mas o Soldado militar não tem salário, tem o soldo, e soldo para mim é salário. Então o estado tem que procurar exatamente fazer essas correções necessárias.

Então, peço a concordância e que os Srs. Deputados aprovem o nosso requerimento para que possamos votar em destaque e separadamente esta emenda das outras emendas, para que depois possamos votar o projeto. Isso ao menos ensina a boa técnica legislativa. Espero a compreensão não só dos Deputados da Oposição, mas de todos os Deputados desta Casa Legislativa, para que possamos votar separadamente todas as emendas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero encaminhar meu voto para que seja derrubado o pedido de destaque pelo seguinte motivo - foi muito bem colocado aqui pelo Deputado Caíto Quintana, quero usar do meu testemunho quando eu era Vereador de Oposição na cidade de Toledo - quando eu era Vereador da Oposição na cidade de Toledo, aliás eu vim para cá porque fui eficiente na Oposição, eu jamais mudava uma lei, se me colocasse no lugar do Poder Executivo, não conseguia aplicar.

O papel da Oposição é tentar aperfeiçoar a lei, com responsabilidade. E eu fazia isto naquele Parlamento, enquanto Vereador de Oposição.

A pergunta que eu faço: como nós, V. Exa., Deputado Cheida, que já foi Vereador, Prefeito, como mistura-



mos um assunto de salário-mínimo regional com salário dos funcionários do estado? É totalmente atípico, fora do processo legislativo. Isso depõe, Sr. Presidente, com todo o respeito a quem fez as emendas, depõe contra o Poder Legislativo.

É ruim até falarmos isto aqui da tribuna, sendo passado pela televisão, que é fundamental, mas quando tiver a COPELEGIS aqui implementada não será possível, não dá para admitir a tramitação de emendas que são flagrantemente inconstitucionais.

Então, não é possível! Temos que agir e legislar com responsabilidade. Não dá para misturar alhos com bugalhos.

Seria isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Douglas Fabrício, para encaminhar.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero encaminhar o requerimento para deixar claro a todos que primeiro quero pedir voto a este requerimento. Começar pedindo voto ao Deputado do PT, porque estamos falando agora que apenas queremos fazer uma discussão separada do grande projeto, uma discussão que valorize os servidores públicos, os profissionais da área da Segurança.

Claro que o projeto que está se discutindo é para a iniciativa privada pagar um salário-mínimo. Nós só queremos o destaque.

Então, queria pedir voto a todos os Deputados que votassem a favor do requerimento para que possamos discutir melhor, inclusive até o encaminhamento feito pelo Deputado Elton Welter, que aí sim possamos entrar no mérito da discussão, para que possamos ter bem claramente a posição de cada Deputado, porque vivemos discutindo Segurança Pública, e se falou pelo Deputado Caíto Quintana, que se restringiu o poder do Parlamento de um determinado tempo para cá. E é verdade mesmo.

Mas nós sim, enquanto Parlamentares, temos também o direito, já que o projeto é de iniciativa do Governo, de propor as emendas, e uma das emendas que está proposta, quero ler a emenda, deixando claro a todos, porque como estamos dando seqüência a uma discussão, talvez quem não viu segunda-feira, Deputado Caíto Quintana, possa estar nos vendo agora, acompanhando esta discussão. Então, queremos um destaque para esta emenda, artigo 4º: *Fica assegurada a todo servidor público estadual, civil e militar, vencimento básico e soldo, respectivamente, igual ou superior ao piso salarial previsto no inciso I, do artigo 1º desta lei.*

Então, a lei está falando da iniciativa privada, mas podemos colocar, sim, uma emenda. E não só colocar a emenda, como pedir para que esta emenda seja discutida em separado com todos os Deputados aqui. Que todos pudessem colocar os argumentos, que está sendo impedido pelo Líder do Governo, ao qual eu apelo, mais uma

vez, ao Deputado Romanelli e a todos os Deputados da base do Governo, que votem favoravelmente a este requerimento, para que possamos discutir o aumento para o servidor público, junto neste requerimento.

Vai vir um outro projeto? Vai, com certeza vai também. Aí, Deputado Marcelo Rangel, também teremos que ouvir, como ouvimos agora há pouco: “Ah, o Governo vai ter um aumento exclusivo para valorizar o servidor público”. Quero ver como vai ser a votação das emendas que vamos propor para valorizar o servidor público também naquele projeto.

O que eu quero pedir, Srs. Deputados, vamos votar favoravelmente a este requerimento. Nesse requerimento não se trata de Situação ou Oposição, este requerimento se trata de melhorar a Segurança Pública, se trata de melhorar um projeto que o próprio Governo colocou aqui na Assembléia Legislativa, para que Deputados, como representantes da população, possamos votar este requerimento e defender o interesse da população.

Então nosso pedido, mais uma vez, a todos os Deputados: que votemos favoravelmente a este requerimento, destacando essa emenda junto com esse projeto. Se fossem diversas emendas, se tivéssemos aqui milhares de emendas, 100 emendas, mas não, só temos duas, três, quatro emendas. Temos tempo suficiente, inclusive ganhamos para isso, para discutir os projetos, e aí sim vamos votar favoravelmente a este requerimento e aí sim, tenho certeza, a Assembléia vai estar dando um passo à frente na discussão de bons projetos que o Governo manda para esta Casa e que podem valorizar não só o servidor da iniciativa privada, como também o servidor público.

Obrigado, Presidente.

O SR. MAURO MORAES (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados.

A princípio, neste momento, nem pretendia fazer uso da palavra, porque se trata efetivamente da discussão de destaque, mas como vários Deputados se referiram aqui às emendas, uns achando que é inconstitucional, outros que é demagogia, outros que é oportunismo, quero registrar aqui, Sr. Presidente, que infelizmente nesta Casa, para muitos, tudo que é a favor do povo é demagogia, tudo que é a favor dos professores, dos policiais, dos funcionários, é demagogia! Não encaro desta forma. Quando nos elegemos com uma votação expressiva, aliás a maior desta capital, tivemos apoio de alguns segmentos da sociedade e é para esses segmentos que devemos satisfação, é esses segmentos que estamos aqui representando.

O Governo mandou um projeto que fala exatamente sobre salário. E é legítimo, não é inconstitucional, apresentarmos emendas sobre salários, independente de para quem quer que seja. Não digo isso porque a ocasião se oferece, mas sim por se tratar de uma constante preocupação minha nesta Casa e parar de dizer que quando se defende a população, quando se defende um segmento da sociedade, estamos fazendo demagogia! Absolutamente não! Estamos cumprindo com o nosso dever junto àque-

les segmentos que nos apoiaram para que estivéssemos aqui os representando!

Nada mais legítimo do que conceder um aumento aos professores responsáveis pela Educação no estado do Paraná, e aos policiais militares e civis que correm risco de vida defendendo, protegendo a população deste estado! Já estou me antecipando, sim, Srs. Deputados, ao aumento que o Governo está mandando para esta Casa, de 5% aos policiais militares, de 5% aos professores e que eu acho bem aquém das necessidades dessas categorias.

Como Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa de Leis, podem ter certeza que considerando a necessidade pelo caos que se instalou com referência à Segurança em nosso estado, eu vou defender, sim, o maior salário para a nossa corporação da Polícia Militar e também para os policiais civis do estado do Paraná. Acho legítima a reivindicação dessas categorias.

Estamos passando por momentos difíceis. Estamos vivendo uma verdadeira epidemia do crack, que mata 100 vezes mais que a epidemia da dengue do Rio de Janeiro. E, não podemos cruzar os nossos braços e muito menos fechar os nossos olhos mediante essa situação. Temos, sim, que defender açodadamente esta questão de pagar melhor os policiais, tanto os militares como os civis do nosso estado, além de aumentar a nossa corporação que está bem aquém da necessidade, mediante o que estamos enfrentando a nível de estado do Paraná.

Não estou falando aqui contra isso ou contra aquilo. Estou falando a favor da Segurança. Estou lutando para que nosso estado possa diminuir a violência que tomou conta de nosso estado e que o cidadão de bem, hoje, não pode sair às ruas, tem que ficar trancado dentro de casa, muitas vezes com grades nas janelas e até nas portas, enquanto o bandido, o delinquente está transitando livremente pelas ruas de nossa cidade.

A situação é insuportável, razão pela qual me orgulho de poder representar bem esta categoria dos policiais militares e civis do Paraná.

Estou antecipando, Sr. Presidente, que se essas emendas forem rejeitadas agora no projeto que trata do salário-mínimo, eu as reapresentarei quando vier a esta Casa o aumento dos funcionários públicos. Vou reapresentá-las, mas não abrimos mão dos 19% aos professores do estado do Paraná, também aos aposentados e aos policiais militares e civis do nosso estado, senão acontece o que aconteceu com o salário-mínimo, o projeto era de minha autoria, a Comissão de Constituição e Justiça acho que era ilegal, não poderia apresentar, um mês depois o projeto estava aqui neste plenário para que votássemos a sua legalidade.

A minha idéia, graças a Deus, foi aprovada. Agradeço o Governador Requião que na ocasião atendeu o nosso apelo, de um projeto nosso, que já tramitava por esta Casa há mais de seis meses e implantou no estado do

Paraná o salário-mínimo, graças a Deus, hoje, o maior do Brasil.

As minhas considerações eram essas.  
Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Gostaria de votação nominal para esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em regime de votação.

Vamos votar o requerimento do Deputado Valdir Rossoni, que requer destaque para a discussão da Emenda nº 01.

Os Deputados que forem favoráveis ao requerimento do Deputado Valdir Rossoni votam com a expressão SIM.

Os Deputados que forem contrários, votam com a expressão NÃO.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de alertar aos Srs. Parlamentares que quem votar SIM ao destaque da nossa emenda estará pedindo o direito para entrarmos no mérito da nossa emenda, que é fixarmos o mínimo regional também para os servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que votarem com a expressão SIM, são a favor do requerimento.

NÃO, contrários ao requerimento.  
Votando.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

No painel não está constando o voto da Deputada Beti Pavin. Queria saber se foi computado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Deputada não votou.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Votou. O terminal dela não registra o voto que ela fez. É voto dela, manifestação da vontade da Parlamentar. Ela tem direito.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

**Rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 843, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Emenda nº 02, de Plenário, apresentada ao Projeto de Lei nº 116/08.

**(Lê requerimento e emenda modificativa).**

Em discussão.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A proposta do Deputado Antonio Belinati, este requerimento pretende fazer com que a presente lei que está sendo votada por esta Casa entre em vigor a partir do dia 1º de abril de 2008. Ou seja, seria retroativo ao dia 1º de abril deste corrente mês.

Como V. Exas. sabem, esta lei do piso salarial opera efeitos legais na iniciativa privada e entre privados. Entre a dona de casa, por exemplo, que tem uma servidora do lar, uma empregada doméstica, e na sua relação trabalhista. Quando foi discutida esta proposta que estabeleceu e vai estabelecer a partir do dia 1º de maio o maior piso salarial do nosso país, graças, mais uma vez, à iniciativa do Governador Roberto Requião e do apoio desta base parlamentar que o Governador tem nesta Casa e, claro, dos Srs. Parlamentares que participam desta discussão, a Assembléia tem tido uma postura extremamente importante nesta discussão.

Agora, a realidade é que a discussão que tivemos foi também - e você, Deputado Augustinho Zucchi, como as demais lideranças - foi convidado a discutir com o movimento sindical. E o próprio movimento sindical, todas as centrais sindicais que ali estavam representadas, todas elas estabeleceram que a data de vigor desta nova lei deve ser o dia 1º de maio.

Esta lei, que é uma lei avançada, não pode retroagir por conta de que as relações havidas no setor que envolve as relações trabalhistas, elas já se operaram durante o mês de abril. Por isso é que é inviável esta lei retroagir.

Por isso, peço a V. Exas. que também rejeitem o presente requerimento de destaque para que possamos votar sem destaques, votar todas as emendas que foram rejeitadas pelo Relator, que muito sabiamente, na CCJ, por unanimidade, aprovou o seu requerimento. Por isso pela a manutenção da lógica havida na discussão travada na CCJ e que o requerimento do Deputado Antonio Belinati seja rejeitado, porque nós sabemos Deputado Antonio Belinati, que não basta naturalmente a sua vontade, V. Exa. é candidato a Prefeito de Londrina, tenho certeza absoluta que quantas vezes quis fazer novas leis, e pela realidade do próprio ordenamento constitucional verificou que não era possível. Quero dizer que este requerimento precisa ser rejeitado, para que possamos votar em bloco de acordo com o artigo 170 no entendimento havido pela Mesa, rejeitando em bloco todas as emendas que foram apresentadas, única e exclusivamente para poder promover debate político desnecessário, porque deveríamos estar aqui, sim, discutindo um tema importantíssimo, porque esse instrumento normativo que temos aqui no Paraná tem sido fundamental para modificar a lógica perversa da

má distribuição de renda, para que tenhamos uma melhor igualdade num estado tão desigual.

Quero dizer a V. Exas. me desculpem, mas há Parlamentares que aqui estão falando sem observar a lógica, as pessoas estão escutando, tem pessoas escutando, não adianta falar um discurso que está descolado da realidade, V. Exas. observem a lógica, as pessoas são inteligentes e observadoras, não é à toa que os policiais militares, que estão trabalhando duramente sabem, reconhecem que têm um salário bom hoje. Porque eu pego, lá no município de Ipiranga, provavelmente depois do salário do Prefeito e da Diretora da escola, o maior salário que tem é do Soldado de 1ª classe, muito provavelmente é o maior salário que tem no município. O salário é bom, como um trabalhador, como o policial militar. Temos que avançar ainda, vamos avançar mais, mas avançar com coerência, dentro das possibilidades que permite o nosso caixa.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Para encaminhar favoravelmente, Deputado Antonio Belinati.

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)**

Nobre Presidente Antonio Anibelli, Deputados, Deputadas, comitê de imprensa, convidados.

Presidente, ouvimos vários pronunciamentos por parte da Bancada da Oposição, sobre o comando do nosso colega Valdir Rossoni, defendendo a votação separadamente de cada emenda apresentada a esse projeto que estabelece salário-mínimo regional diferenciado no Paraná.

Ouvimos o Deputado Caíto Quintana e o Deputado Romanelli. Nunca vi uma defesa tão apaixonada do Governo como faz o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Vim para esta Casa, não com apoio do Governo, pelo 5º mandato, através do voto popular. Campanha feita diretamente com a classe trabalhadora do nosso Paraná.

Alguns podem me criticar em apresentar uma emenda estabelecendo o salário com vigor desde o dia 1º de abril. Isso irei discutir depois. Vou me basear no grande argumento que o Deputado Caíto Quintana usou, quando chegou a questionar que emenda para reajustar salário-mínimo é uma coisa e emenda para dar benefício para servidor público é outra matéria. Ficou claro que há conflito de entendimento de uma emenda para a outra.

Então, por que vamos votar todas as emendas juntas, quando há opiniões diferentes? Aqui têm Parlamentares que gostariam de votar contra uma determinada emenda, mas poderiam estar propensos a votar favorável em outra emenda, porque são cinco emendas.

Somos a minoria. Está tão difícil aprovar a nossa emenda, porque fazemos parte de uma Bancada minoritária. Seremos, novamente, esmagados pela Bancada do Governo. Mas vamos continuar firmes, com entusiasmo, batalhando sempre nas causas que entendemos que são justas. Uma eventual derrota não tira o nosso entusiasmo

de continuar defendendo a classe trabalhadora do Paraná. Continuo firme na minha idéia, que o salário-mínimo deveria subir desde o dia 1º de maio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Para encaminhar favorável, o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Volto à tribuna para defender a democracia, para defender a possibilidade de discutirmos emenda por emenda, de maneira legítima e democrática. Mais uma vez, afirmo que existe uma articulação política para derubar todas as emendas de uma vez por todas e que não seja tão doído, porque imagino que deva ser realmente doído para os Deputados votarem NÃO. Deve ser muito difícil para os Deputados votarem NÃO.

A máquina, o compressor, o trator foi ligado. Já perdemos uma votação e, semana passada, algum Parlamentar subiu à tribuna e disse que a maioria vota e a minoria esperneia. Eu guardei aquilo, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Augustinho Zucchi, vamos espernear, vamos espernear e muito, aqui desta tribuna da Oposição. Espernear em nome das pessoas que gostariam de estar aqui para falar o que é pertinente, importante neste momento. Vamos aprovar o destaque da emenda do Deputado Belinati que fala, também, a respeito do salário-mínimo regional para os servidores públicos.

O Deputado Romanelli subiu à tribuna e falou algo muito interessante. Ele falou que a dona-de-casa vai pagar o salário-mínimo regional de mais de R\$ 500 para a empregada doméstica. E se a dona-de-casa for uma policial? Se a dona-de-casa for uma professora? Será que ela vai ter a oportunidade de pagar o salário-mínimo à sua funcionária, à empregada? Talvez não. Por isso é que o nosso pleito é justo. Queremos que os policiais, que as professoras e os professores tenham o mesmo direito de cada cidadão que vai receber esse novo salário-mínimo.

Não sei como o Governo do Paraná tem coragem de falar que o salário-mínimo do Paraná é de mais de R\$ 500, quando quem defende o estado, que são os professores e os policiais, não podem ganhar esse mesmo valor. É mais ou menos aquela história: “Façam o que eu digo, não façam o que eu faço”. Deve ser muito fácil ser Governador e falar assim: “O Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de amanhã, vai ter que dar aumento para todo mundo lá na rádio dele!” “E na sua rádio?” “Não, na minha não. Não precisa. Só na rádio do Luiz Carlos Martins.” Acho que tem que ser para todo mundo. Tem que ser!

Estamos defendendo este requerimento porque precisamos discutir o mérito se a emenda do Deputado Belinati é correta, se vai ao encontro das necessidades populares. Mas para discutir mérito, precisamos destacá-

la. Agora, o Governo vem com seu tratorzão, liga a máquina e nos destrói no Plenário. Mas os nossos cidadãos paranaenses estão acompanhando o trabalho de cada Parlamentar que sobe aqui, de maneira regimental, e defende os interesses do coletivo, da população paranaense e vamos em frente. Perdemos a primeira batalha. Foi uma batalha pequena. Temos muita coisa pela frente e vamos continuar até o fim por um salário justo para todos, não somente para alguns.

Era isso que eu tinha para falar, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito para encaminhar favoravelmente, com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró. V. Exa. dispõe de cinco minutos.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Momento importante do Parlamento, importante para os trabalhadores do estado do Paraná. Estamos vendo uma proposta do Governo que dá um reajuste ao salário do trabalhador no estado do Paraná, sendo o piso mínimo federal R\$ 425 e aqui no estado do Paraná o Governador, através de uma lei, aumenta o mínimo. É permitido, é legal e já vimos isso começar há alguns anos. E hoje estamos vendo a Assembléia aprovar esse reajuste do salário-mínimo regional.

Só que eu queria dizer que é interessante vermos o Governador colocar um valor no salário-mínimo no estado do Paraná, sendo que para os servidores públicos ele não coloca. Estamos vendo no soldo da Polícia Militar, Soldado de 1ª classe tendo o seu soldo R\$ 304. A verdade é uma: é tudo muito fácil. Quando o Governador tem o poder de dizer: “Você tem que pagar x para o seu funcionário. E eu, Governador, não tenho condição e não dou para o servidor público” - que é funcionário dele, ele administra o estado do Paraná - uma correção semelhante a qual ele vai dar para o trabalhador no estado do Paraná.

Quero deixar claro aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somos favoráveis e vamos votar a favor do aumento do valor do salário-mínimo regional que é o salário-mínimo do trabalhador do estado do Paraná. Mas, quero deixar registrado que o Governador deveria usar o mesmo mecanismo, a mesma força da caneta que ele tem para poder fazer com que os servidores, em especial a Polícia Militar do estado do Paraná, ter no seu soldo o valor semelhante àquele que ele quer impor para a iniciativa privada do estado, para que ele pague o salário-mínimo ao trabalhador paranaense.

Quero dizer também e deixar claro aqui, Srs. Deputados, que a democracia é importante. E nós aqui na Assembléia somos minoria porque fazemos parte da Bancada da Oposição. E nós pedimos para podermos discutir emenda por emenda que foram apresentadas neste projeto. São vários tipos de emendas e que gradativamente vamos pedir para que sejam discutidas em separado, para

que possamos nos aprofundar em cada uma delas e naturalmente levar à opinião pública e à imprensa, exatamente aquilo que a Assembléia Legislativa do Paraná está discutindo e está querendo.

Espero que o bom senso possa fazer com que os Deputados que votam a favor do Governador Requião nesta Casa, que fazem parte da base aliada do Governo, possam ter o discernimento da importância que é discutirmos ponto a ponto, emenda por emenda, para que possamos desta forma aprovar ou não. E, naturalmente, levar a informação a todos aqueles que votaram em nós e nos colocaram nesta Casa para poder defendê-los.

Assim penso, vou votar pelo destaque de todas as emendas, para que possamos discutir com transparência tudo aquilo que vamos votar nesta Casa. E quero dizer que o Governador do Estado deveria também trazer o valor do salário-mínimo regional para os servidores públicos do estado do Paraná. Não só para que a iniciativa privada pague, mas ele, o Poder Executivo, o Governador, deveria também levar àquelas categorias que recebem valor menor do que os R\$ 548, que será pago para o trabalhador paranaense.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Com a palavra, Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, Deputado Antonio Anibelli, Srs. Deputados.

Todos devem estar observando que a discussão, o encaminhamento dos requerimentos, aqui, para ser claro, objetivo e didático, estamos aqui em meia dúzia de Parlamentares “chovendo no molhado”. Estamos implorando aos Deputados do Governo que discutam as emendas apresentadas pelos Parlamentares. Há Parlamentares que sobem nesta tribuna e argumentam que não poderíamos apresentar as emendas. Então, não precisa ter Deputado.

Certamente, muitas pessoas que estão agora, neste momento, em casa, pelo grande interesse que têm nas emendas os Parlamentares, devem estar perguntando o que estamos fazendo aqui, porque estamos sendo repetitivos e cansativos, porque não entramos ainda na questão das emendas. Apenas estamos implorando ao “trator” do Governo, que pare de funcionar e que nos deixe trabalhar o nosso poder, o poder de legislar. Alguns Parlamentares têm que entender que se abriremos mão das nossas prerrogativas, estaremos abrindo mão do que é essencial ao Parlamentar. Se formos propor uma CPI, não podemos fazê-lo, porque ninguém assina. Não podemos fiscalizar, porque Deputado não fiscaliza. Se formos propor um requerimento que entre um pouquinho nas entranhas do Governo, não podemos, porque é demagogia. Estamos aqui discutindo emenda a um projeto, onde colocaríamos no lugar algumas questões salariais do estado.

Quero me dirigir diretamente àquele pequeno e microempresário que está nos assistindo. O senhor tem

que saber que neste momento estamos aprovando o salário-mínimo regional. O Governo que manda esse salário-mínimo regional para esta Casa, o mesmo Governo que encaminha o projeto diz aos Deputados o seguinte: “Vamos implantar para o microempresário, mas não vamos implantar para o soldo do militar. O soldo do militar tem que ficar para o Soldado de 1ª classe, em R\$ 308. Na sua casa resolvo o problema. Na minha casa tem que ficar como está.” E certamente estaria feliz o Governador, o Líder do Governo, estariam felizes todos os Parlamentares do Governo, se estivéssemos aqui dizendo amém! Sim, Senhor! Ficarmos como vaquinhas de presépio, dizendo sim a tudo que o Governador encaminha a esta Casa.

Podemos ser repetitivos e cansativos, porque não há como não ser, porque estamos discutindo o mesmo assunto. Mas uma coisa me deixa assustado, quando vejo o PT subindo àquela tribuna, o mesmo PT que era em defesa dos trabalhadores, dos servidores públicos, da Polícia Militar, dizer: “Nunca fizemos isso”.

Deputado Duílio, V. Exa. que conhece a vida de Toledo, sabe que o crescimento político do Deputado - vamos buscar os Anais daquele Legislativo de Toledo - e agora vem ele aqui nos tolher a liberdade de legislar. Desculpe-me! Admiro o trabalho do Deputado Elton Welter, permita-me discordar de V. Exa., mas não é assim. Até acho que o Deputado tem o direito e deve ter a justificativa para ele mesmo ser contra o mérito. Agora, tolher a liberdade do Parlamentar, do Deputado Marcelo Rangel, do Deputado Mauro Moraes, do Deputado Belinati, Deputados aqui que subscreveram a emenda para cuidarmos do soldo dos policiais militares...

Ontem encontrei policiais militares quando o meu glorioso Coritiba colocou dois no Atlético, 2x0. E aí a Polícia Militar segurou a torcida do Coritiba para não haver confronto. Eu estava com o meu netinho nas costas conversando com um policial militar, puxei o assunto e ele disse: “O senhor está coberto de razão.” E não era só Soldado que estava ali, Sargento estava ali dizendo que o seu soldo, o soldo do Sargento é menor que o salário-mínimo.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Está encerrada a discussão. Colocaremos em votação o requerimento de destaque da Emenda nº 02 do Deputado Antonio Belinati. Abriremos o processo de votação. Os Deputados que forem favoráveis ao destaque, votarão SIM.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, da mesma forma que o Líder do Governo, requeiro chamada nominal. E que fosse feita a chamada de Deputado por Deputado, até porque se algum

estiver no gabinete, trabalhando, que venha prestar o serviço ao povo paranaense em plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exas. serão atendidas.

Solicito à Deputada Rosane Ferreira a chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Rosane Ferreira**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Parlamentares**).

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em processo de votação.

Os Deputados favoráveis votam com a expressão SIM.

Os Deputados contrário votam com a expressão NÃO.

Em votação.

Encerrada a votação, iniciamos a apuração.

Vinte e oito Srs. Deputados com a expressão NÃO.

Dezenove Srs. Deputados com a expressão SIM.

Está **rejeitado** o requerimento do Deputado Antonio Belinati.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Partido Democratas)

Sr. Presidente, na verdade é mais para constar que o meu voto é SIM e não NÃO, Sr. Presidente. Na hora de teclar, teclei errado. Perdoe-me. Tentei falar nos microfones e não consegui, tentei em todos aqui e o aparelho de som não funcionou. Perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Atenção, Srs. Deputados, vamos agora votar as emendas, todas as emendas em bloco.

Parecer contrário da CCJ às Emendas nºs 01, 02, 03 e 05.

Parecer favorável à Emenda nº 04.

Em votação as emendas com parecer contrário. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Como é ruim entrar numa batalha sabendo que você vai ser derrotado, mas é nosso papel.

Estamos neste momento, Srs. Deputados, quero fazer aqui para que os Srs. Deputados entendam, posso até perder a votação, mas quero atenção para que eu possa encaminhar aqui, agradeço, Deputado Caíto, a sua atenção e o respeito pelo meu encaminhamento, até porque V. Exa. mereceu o meu e sempre aqueles que sobem à tribuna merecem, porque tenho por costume sentar naquela cadeira ali e prestar atenção no encaminhamento de todos.

Estamos aqui votando num “pacotão”, um pacote, algumas questões que são significativas. Claro que não são significativas para o Governo, porque eles não querem discutir o mérito. Já passaram por cima da Oposição,

não deram a oportunidade de votar emenda por emenda. Então, vamos votar todas as emendas. As emendas tiveram parecer contrário do Deputado Relator, Carlos Simões. Votaremos contrário ao parecer do Deputado Carlos Simões. O parecer foi contrário à emenda aditiva, que diz o seguinte: *Art. 4º Fica assegurada a todo servidor público estadual, civil ou militar, vencimento básico e soldo respectivamente igual ou superior ao piso salarial previsto no artigo 1º da lei.*

A segunda emenda que está entrando no “pacotão”, é do Deputado Mauro Moraes. O Deputado Mauro Moraes faz um apelo aos Deputados do PMDB a se somarem a V. Exa. A sua emenda diz o seguinte: *Art. 1º Sobreponha-se ao percentual de 19% aos policiais militares e civis ao valor do reajuste dos pisos salariais, de acordo com a Mensagem nº 010.* Esta é a emenda do Deputado Mauro Moraes, mas quero responder ao Deputado Líder do Governo, que teve o conhecimento da questão do piso social complementar. Vou fazer a leitura aqui apenas do artigo 3º para que V. Exa. tenha conhecimento do que é piso social complementar. O piso social complementar, no artigo 3º, diz: *Considera-se remuneração para fins da presente lei o somatório do: I - vencimento base; II - adicional por tempo de serviço; III - quaisquer outras vantagens decorrentes do exercício do cargo ou função.* Aqui neste piso social complementar, argumentado pelo Deputado Romanelli, está a resposta do que estamos falando. Quando se fala em piso social complementar ele está dizendo que é o vencimento mais o adicional ou quaisquer outras vantagens. O que nós dizemos na nossa emenda? Dizemos que o piso é o salário-mínimo regional, não considerando os adicionais. Estamos batendo nesta tecla, já quase furou a tecla, mas não querem entender!

Peço aos Srs. Parlamentares: vamos dar uma demonstração de força e se não for do interesse do Governo, o Governador veta, vem para cá, vamos votar o veto. Agora, é importante ressaltar: as emendas que estamos oferecendo a este projeto estão sendo rejeitadas neste momento e estamos pedindo aos Parlamentares que são favoráveis às emendas que votem NÃO ao parecer do Deputado Relator! Até seria importante que fosse relatado aqui para entendermos o porquê!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Deputados do Partido dos Trabalhadores: Deputado Péricles, Deputado Elton Welter, Deputado Professor Luizão; se esqueci de algum Deputado me perdoem.

É importante o que vou falar. O Deputado Hamilton Pereira, do PT, apresentou emenda ao projeto de lei do Governador que aumenta os valores do salário-mínimo regional e a emenda visa - atenção Deputado

Rossoni e Deputado Ribas Carli - estender o valor de R\$ 505 para os servidores públicos estaduais. Na proposta original do Poder Executivo, esse mínimo só vale para os trabalhadores da iniciativa privada.

Os Deputados do PT de São Paulo estão lutando neste momento para estender o salário-mínimo regional para os servidores públicos. Por isso estou me dirigindo aos Deputados do PT, para que possamos aprovar as emendas para estender esse piso também aos servidores, como os policiais e também de 19% para os nossos professores.

Em São Paulo a Bancada do PT está fazendo o trabalho que estamos fazendo, Deputado Rossoni, Deputado Duílio Genari, Deputado Douglas Fabrício. Queremos justiça social. O salário tem que ser para todo mundo. Lá eles estão batalhando, aqui é diferente. Claro, respeitamos o posicionamento do PT e demais Deputados de outros partidos da base do Governo do Estado. Mas é diferente da filosofia do partido de São Paulo, e até mesmo do Presidente Lula. Tenho certeza que o Presidente Lula estaria conosco nessa empreitada. Acredito, porque é justo. Vamos votar em bloco. E aumentamos na 2ª votação, ganhamos mais quatro Deputados que sensibilizaram-se e acredito que a nossa votação será ainda maior.

Estava sentado ali e recebi por e-mail: “Marcelo, vocês estão batalhando, estão tentando estender o salário aos servidores públicos, mas, perdido. O que adianta subir na tribuna e fazer discurso? Vocês vão perder. Eles vão ligar a máquina que está passando por cima dos Deputados.” Mas não é somente do Parlamentar a perseguição. Não é cruel com quem está aqui, mas sim, com aquelas pessoas que mais precisam. A máquina passa por cima do povo.

Não importa se vamos ficar cinco, 10, 15, uma hora, duas horas, a votação vai acontecer daqui a pouco. E os senhores que estão nos acompanhando pela televisão vão ver que é rapidinho: pá, buf, acabou! Poderia mudar a vida de cada cidadão. No interior fala-se muito em fazer cortesia com o chapéu alheio. Fazer cortesia com o chapéu alheio quer dizer: “Vamos aumentar o salário”. O salário vai ser bom para a iniciativa privada. São os micro-empresários, as donas-de-casa que vão pagar as empregadas domésticas e assim por diante.

Muito bem, já aprovamos, a Bancada da Oposição também é favorável a um novo salário-mínimo. O que é salário-mínimo? Mínimo é mínimo. Tem que ser para todo mundo. Como é que o soldo - soldo para mim é salário, soldo é salário de militar, soldo é salário de policial - como é que o soldo é menor?

É ilegal, Deputados! Nós falamos para o Secretário, falei com o Delazari: Secretário, está ilegal, está irregular! Pelo menos o salário-mínimo vigente no Brasil, pelo menos isso! E ele balançou a cabeça: “Realmente é irregular. Estamos pensando no soldão.” Se estão pensando no soldão, então chegou a hora, vamos resolver

agora. Como dizem os adolescentes: “Vamos resolver a parada já!”

Peço à Bancada do PT para seguir os conselhos da Bancada do PT de São Paulo e vir conosco, vir com a Oposição por salário justo para o estado do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

#### O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aproveitar este momento para pedir aos Deputados do PSDB, do PPS, que se dirijam às vossas Bancadas. A Bancada do PT, decidimos o que vamos fazer, em que momento vamos nos pronunciar.

Em nenhum momento, aqui, vou dizer se V. Exa. deve tomar esta ou aquela atitude. Tomamos a atitude que achamos conveniente. E V. Exa., neste sentido peço, Deputado Marcelo Rangel, que o respeito que V. Exa. disse que tem conosco, gostaria que este respeito fosse efetivamente demonstrado. E não desta forma que V. Exa. se dirige a nós, num sentido de provocação.

Neste momento estamos discutindo o salário-mínimo regional e já temos posição em relação a isto. Acreditamos que no momento de discutirmos salário-mínimo regional, que é para a iniciativa privada, não cabe neste momento discutir misturando as coisas: o servidor público com a iniciativa privada. Defendemos o salário-mínimo regional. Acreditamos que a economia do Paraná, neste momento, permite que os trabalhadores que não têm força de organização em seus sindicatos, que não têm capacidade de negociação, que eles possam estar garantidos com o salário-mínimo.

Agora, em relação a um Deputado do PT em São Paulo, São Paulo é outra realidade. Temos que discutir a realidade do Paraná. E sei que o Paraná não tem nenhum servidor público que ganhe menos que um salário-mínimo, hoje. É claro que aí existem as discussões do que incorpora, do que não incorpora no salário. E V. Exa. sabe e os Deputados também que somos defensores, sim. Tenho participado de todas as negociações em relação aos salários dos professores.

Tivemos, semana passada, reunião com cinco Secretarias de Estado: Planejamento, Casa Civil, Educação, enfim, estamos discutindo as possibilidades, dentro do orçamento, e queremos, sim, para os professores do Paraná, um aumento diferenciado. Mas vamos discutir no âmbito adequado e considerando as condições do estado. Queremos, sim, a reposição dos 5% que já veio para a Assembléia e devemos votar na seqüência. Estamos lutando por um aumento diferenciado para os professores, já que o orçamento da Educação é diferenciado, é 30% em relação ao orçamento do estado, demonstrando que o Governo prioriza a Educação no estado do Paraná. Então, estamos fazendo todos os esforços, juntamente

com o sindicato da categoria, para que os professores tenham um aumento diferenciado.

Agora, respeito aqui a posição de cada Deputado, que faz a sua emenda, que defende, que acha que é correto desta forma. Considero que não é desta forma que as coisas estão se misturando. Mas, é função da Oposição, respeito isto, já fui da Oposição. Agora, não vou ficar fazendo provocação a Deputado do PPS, do PSDB, em relação às suas posições. Agora, peço que respeitem a nossa. Respeitem a posição do PT, que sempre defende os trabalhadores, sim, mas defendemos aquilo que é em cima da realidade, porque também não basta ficarmos defendendo só em cima do discurso, muitas vezes iludindo o trabalhador, porque se colocarmos aqui uma emenda no aumento do salário-mínimo, que é diferente, o salário-mínimo é para a iniciativa privada, e que eles serão beneficiados, não vão! Na realidade não vão! Estão criando, neste sentido, uma expectativa e na verdade ela não vai ser realizada.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)**

Só para dizer que não foi, em hipótese nenhuma, uma provocação. Gostaria de dizer que tenho o maior respeito pela Bancada do PT, aqui na Assembléia Legislativa. Em hipótese nenhuma foi uma provocação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho aqui com o maior respeito a todos os Deputados de todos os partidos, pedir voto aqui, primeiro para os Deputados do PT. Os Deputados do PT que nessa discussão passem para o lado de cá, neste voto, nós ganhamos, Deputado Rossoni, Deputado Rangel. Com todo respeito, pedir voto eu posso, não posso? Então, estou pedindo voto para as nossas emendas.

Deputado Dr. Batista, grande companheiro, grande candidato a Prefeito de Maringá, aqui vou falar só de duas categorias: dos policiais e dos professores. É a sua eleição, Deputado Batista, aqui. Venha conosco nessa empreitada, venha ajudar os profissionais da área de Segurança, vamos ajudar os profissionais da Educação.

Eu conversava nesse final de semana com alguns policiais, e aí se fala o nome soldo, e aí às vezes têm dificuldade de compreender o que é soldo. Então, para ficar bem claro o que estamos pedindo, é que hoje o soldo - e estou vendo o soldo de vários níveis da Polícia - se eu pegar um 2º Tenente, por exemplo, o soldo do 2º Tenente é R\$ 541. Então, o salário de um 2º Tenente é abaixo do salário mínimo regional que o Governo quer, que ele quer um salário-mínimo regional de R\$ 548. Então, R\$ 548 para a empregada doméstica, e merece, faz um excelente trabalho, merece; mas para o policial militar, o 2º Tenente

é R\$ 541 o soldo. Claro que tem depois diversas vantagens e aí amplia o salário para R\$ 3 mil e poucos, todo valor que ele recebe, mas o soldo é de R\$ 541.

Então, é neste sentido que venho aqui pedir votos. Peço voto para o nosso requerimento, que se aprovado for esse requerimento, essa emenda, Deputado Rangel, vai ajudar muito na questão da Segurança, vai ajudar muito na qualificação da Educação. Fizemos as contas aqui, é 15,5% de aumento que o Governador está dando, está aprovado já, os Deputados já aprovaram aqui o salário-mínimo regional, 15,5% sobre o ano passado. Naturalmente que imagino que o Governo vai fazer isso também com o salário agora do servidor público, porque se na iniciativa privada ele pode sugerir e aprovar um aumento de 15,5%, que quem vai pagar é a iniciativa privada, por que não na do Governo? Pegando uma referência ao seu encaminhamento Deputado Rangel, o 2º Tenente da Polícia, não estou nem falando do Soldado, do Sargento, vou falar do 2º Tenente que já é alguém graduado lá da Polícia Militar, se ele está com um soldo de 541, que é o salário-base, como é que ele vai pagar 548 para empregada doméstica dele? Levou e ainda ficou devendo, se não fosse as vantagens que o policial tem não conseguiria pagar.

Então, Srs. Deputados, venho aqui pedir o voto com todo o respeito. Pedir voto aos Deputados do PT, do PMDB e todos os demais Deputados, que nos ajudem a aprovar estas emendas, emendas que vários Deputados propuseram, dentro os quais o Deputado Mauro Moraes que é do PMDB, Deputado Belinati, os Deputados da Bancada de Oposição. O que pedimos - e aí eu acho que não é faltar com o respeito com ninguém - é apenas pedir voto, assim como nós fizemos na campanha. Na hora da campanha nós saímos pedir voto para as pessoas nos comprometendo a representá-los aqui. Então eu quero agora também como representante da classe dos professores, porque eu também sou professor, e da classe dos policiais militares que arriscam a sua vida na defesa da vida de todos os demais paranaenses, pedir voto ao nosso requerimento. Já chegou num nível de termos 19 votos aqui. Então, se nós ampliarmos um pouco, mais os votos dos Deputados do PT vamos ampliar isso para 25 votos. Já conseguiremos vencer essa parada.

Estou aqui representando a população e também o PPS e pedindo voto. Temos 100% dos votos do PPS. Queremos os votos dos Deputados do PSDB e também do PT. Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Chamou a minha atenção aqui o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana. Ele afirmou que nós não podemos legislar com emendas sobre esse tema.



Vejo aqui membros da Oposição em determinados momentos, ir à Justiça para conseguir alguns resultados que entendem que é correto.

O Deputado Caíto Quintana disse que não nos cabe apresentar emendas, a este projeto, porque ele trata do salário-mínimo regional e não do salário dos servidores. Quando vier o salário dos servidores, aí dentro da possibilidade, poderemos apresentar emendas, se é que permite o nosso Regimento. Vou encaminhar uma ação ao Tribunal de Justiça em cima deste tema.

Por que se o Deputado entende que é seu direito, como está previsto na Constituição e no Regimento desta Casa, não lhe é dado, ele faz uma ação ao Poder Judiciário e ganha uma liminar.

Também, da mesma forma, quero perguntar ao Poder Judiciário, se é correto fazermos emendas como estão sendo apresentadas aqui. Porque o Deputado Caíto Quintana disse que são inconstitucionais essas emendas. Porque, a partir daí, veremos quem está fazendo demagogia.

Queria fazer esse pronunciamento. Estou acompanhando as votações. Estou buscando, na central de computação, todos os dados da votação, para que eu possa, na seqüência, embasar esse pedido para que coloquemos o Legislativo no seu verdadeiro lugar - que é a questão legal do que pode e o que não pode - para acabar com aquele negócio de termos verdadeiras pérolas acontecendo quando não se pode fazer. Isso é para aprender também. Eu quero aprender.

Acho que cabe ao Poder Judiciário dizer, se este encaminhamento todo que está sendo feito aqui poderia ser feito baseado, Deputado Caíto Quintana, no nosso Regimento e na Constituição do Estado. Depois, vou contar. Vou propor isso já na próxima semana. Tenho essa dúvida e vou acompanhá-lo porque V. Exa para mim é um dos homens mais conhecedores da Constituição e, ao mesmo tempo, do nosso Regimento Interno.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, com a palavra o eminente Deputado Antonio Belinati.

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP)**

Obrigado Presidente Nelson Justus!

Nobres colegas. O Governo do Paraná está andando na contramão. O Presidente Lula corrigiu o salário-mínimo em todo Brasil desde o dia 1º de março. Este projeto que estamos votando, aqui, além de não contemplar a classe trabalhadora com um reajuste compatível e com seu anseio, com sua necessidade, esse salário é para vigorar no mês que vem e tem empresa que só paga na primeira semana de cada mês.

Então, Presidente, é estranho, acompanhando o que se passa no nosso país, saber que em todo país tem um salário-mínimo decretado pelo Presidente da Repú-

blica, por meio de medida provisória, que este salário já está vigorando desde o dia 1º de março.

Ainda hoje saiu essa nova aprovação. O Presidente está contente e satisfeito porque são os maiores índices de aprovação da história de um Presidente. Torcemos para que o Presidente Lula consiga frear essa alta do custo de vida porque, faz poucos dias, subiu o preço do remédio; a batata subiu 38%; a cebola 39%; o feijão 130% de aumento de 12 meses para cá; o macarrão, as massas, os biscoitos, as bolachas, o pão subiram em média 15%. Tudo em poucos dias. E o arroz, outra loucura. Evidentemente, não é um problema setorializado no Brasil. O arroz subiu 48% em apenas 24 dias do mês de abril.

Sr. Presidente, pegando uma carona, no que foi decidido em termos de Brasil, estamos defendendo que essas emendas apresentadas pelos nobres colegas - Deputado Rossoni, Deputado Mauro Moraes - e a emenda que eu apresentei sejam aprovadas. A minha é mais simples. Há pouco, o Deputado Caíto Quintana cochichava comigo que ele via muita razão, muito fundamento para que a minha emenda fosse aprovada porque ela tem base jurídica. Por quê? Estamos apenas pedindo que esse salário-mínimo entre em vigor desde o dia 1º de abril.

A Oposição é minoria nesta Casa. A diferença entre os Deputados de Oposição e Situação é grande, mas estamos insistindo para que, pelo menos, o salário comece a vigorar com efeito retroativo desde o dia 1º de abril, porque no bolso do povo, do aposentado e dos assalariados, está ardendo muito essa inflação que, infelizmente, está tomando conta do nosso Brasil. É um problema de Governo? É crise mundial? É etanol? Não vamos discutir porque teria que ter um amplo debate.

Mas, o importante neste momento, insisto aqui, sabendo que a nossa Bancada é minoritária, mas acho corretíssima a emenda que estou apresentando - que esse salário-mínimo - por que vigorar a partir de 01 de maio? Vamos consultar as classes trabalhadoras, os aposentados, os servidores públicos. Evidentemente eles estão na expectativa e na torcida para que esta emenda seja aprovada. E para que as demais emendas sejam aprovadas e para que os benefícios sejam conferidos ao nosso povo trabalhador desde agora. Portanto, Presidente, é uma voz da Oposição, é uma voz minoritária, mas na esperança ainda de que Deus toque o coração dos nobres Deputados e Parlamentares, para que pelo menos a nossa emenda seja aprovada. Que esse salário-mínimo que já está tão pequenininho, ele vigore desde o dia 01 de outubro. É o mínimo que o povo do Paraná espera de cada um de nós.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito, Deputado Elton Welter.

**O SR. ELTON WELTER (PT)**

Sr. Presidente, eu como Deputado do PT quero comemorar cada vez mais os ganhos, ano a ano, que o trabalhador tem recebido, à medida que o seu poder de compra tem aumentado, ano a ano. Graças a uma legisla-

ção paranaense, estabelecemos o mínimo regional. O mínimo federal subiu, em abril de 2002 era R\$ 200; em março de 2008 passou a R\$ 415, mais do que dobrou. Falava-se no programa eleitoral passado que queríamos chegar a 100 dólares. Hoje, o salário-mínimo chega perto de 250 dólares. Para nós é motivo de orgulho.

Sou do PT, tenho satisfação e orgulho de anunciar tranqüilamente que nós votamos, com a responsabilidade e consciência absolutamente tranqüila. Que nós não podemos aqui, Deputado Belinati, Deputado Douglas Fabrício, Deputado de Ponta Grossa, que me antecedeu que falava acusando a Bancada do PT. Nós não podemos votar assunto alheio à matéria. Estamos votando um tema que trata do salário-mínimo regional. Legislar sobre esse tema que é ligado a iniciativa privada. Uma legislação que foi estabelecida no atual Governo. Como vamos misturar política salarial dos servidores? Não é possível, é uma ofensa ao parlamento querer votar matéria diferente num projeto que trata de iniciativa privada. Inclusive, tem já uma mensagem na Assembléia tratando do salário dos servidores públicos do Paraná. Então, não cabe a nós, até respeitamos a opinião dos Parlamentares, mas nós do PT, temos muito orgulho. para quem é policial militar, que a maioria tem curso superior, sabem muito bem que não dá para misturar um assunto com outro.

Queremos que melhore o salário dos militares, dos servidores públicos e, aliás, temos histórico de lutas em defesa das categorias, proporcionando e brigando por concurso público, melhorando as carreiras e assim por diante. Agora, não dá par misturar um assunto com outro. Isso depõe contra este Poder. É razoável o que a situação está fazendo. É absolutamente verdadeiro do ponto de vista da legislação não votar assunto alheio à matéria que estamos votando, Sr. Presidente.

Portanto, me sinto muito seguro, muito tranqüilo. Aliás, as categorias que eventualmente estão nos assistindo sabem da nossa responsabilidade do ponto de vista das votações, na medida em que sabemos que temos um orçamento equilibrado no estado e os reajustes para qualquer categoria de servidor serão feitos de acordo com a capacidade econômica e financeira do nosso estado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Paraná criou o seu piso salarial regional, de acordo com a legislação vigente. Nada mais justo e nada mais correto, que você fazer as correções de acordo com a legislação também. Sei que diversos oradores já se manifestaram Pedro Ivo, mas devo me manifestar agora no mérito das emendas apresentadas, mas principalmente a emenda que apresentamos da Bancada de Oposição. Deputado Belinati, que apresente uma emenda que seja retroativa ao salário a partir de 1º de abril. Que o Deputado Reni Pereira apresente uma emenda, que entendo

que deveria ser acolhida, porque essa lei tem que revogar especificamente a lei anterior, que fixou o piso salarial regional, já que iremos instituir um outro valor. Nada mais justo e mais correto, você revogar especificamente aquela lei.

Eu queria lembrar aos Srs. Parlamentares, que a emenda que criamos, diz aquilo que falei quando criamos o piso salarial no estado do Paraná. Se nós da Assembléia Legislativa, se o Governo do Estado do Paraná, instituírem o piso salarial para o setor privado e nós, Deputados, vamos dizer, que a empresa da tal categoria deve pagar o seu funcionário, no mínimo, esse valor, ou seja, até para o trabalhador volante ou para o trabalhador da área rural, para o empregado doméstico, seja qual for a categoria, porque são inúmeras as que irão se beneficiar com esse piso salarial. Mas como vou pedir para que você pague esse piso salarial se eu que determinei que você pague, não preciso cumprir isso? É lógico que o Governador do Estado vai dizer e o Líder do Governo fez menção sobre isso e o Deputado Quintana também, dizendo que nenhum funcionário público ganha menos do que esse piso, que está se discutindo. A nossa emenda que apresentamos visa fazer uma correção. Porque para mim, Deputado Cheida, soldo, o salário que o policial militar recebe, depois você tem os adicionais, que são sobre o soldo. Na iniciativa privada, já disse uma vez, independente de qual funcionário, seja na área da Saúde, tem o seu salário e os seus adicionais, periculosidade e outras vantagens - outras classes têm insalubridade, são os funcionários que recebem isso - mas ele têm o seu salário fixado e este tem que ser o piso. O Soldado Militar, especificamente, tem um soldo, que está bem abaixo do piso que está se propondo.

Acredito, que se nossa emenda não venha a ser aprovada, mas que o Governo do Estado e com toda a certeza, as Secretárias de Administração, Segurança e Planejamento ou alguém deve estar nos ouvindo, por parte do Governo. Essa correção tem que ser feita. Se o Governo do Estado quer que o setor privado aplique o salário-mínimo, que é o mínimo que você tem que pagar.

Então, o Governo do Estado tem que dar o exemplo: eu tenho que pagar para aos meus funcionários o salário-mínimo que é instituído para o setor privado. Agora, faça as correções para a Polícia Militar de acordo com a sua tabela e aquilo que existe. Agora, não é justo eu dizer: olha, o Paraná paga, tem o melhor salário, o mais alto salário regional, o mais alto salário-mínimo vigente no país, quando na verdade para os meus funcionários, para a Polícia Militar, eu não pago salário, pago soldo. Ah, não, o policial recebe mil e pouco e é o policial que melhor recebe no Brasil, mas considerando aí os adicionais somados ao soldo.

Espero, primeiro, que a nossa emenda possa ser aprovada. Mas, se ela vier a ser rejeitada, que o Governo do Estado estude exatamente, através de um novo projeto, para que nenhum funcionário, e aí se enquadram os policiais militares, receba menos, o soldo então que é salário, que o soldo seja equiparado com o salário-

mínimo. Esse é o pedido que fazemos, os adicionais são os adicionais, porque como no setor privado você vai fazer os adicionais, volto a dizer, em cima do seu salário-mínimo que ganha, o salário-básico. Olha, se o salário-básico é R\$ 300, não é piso salarial que temos no Paraná, o piso é algo em torno de R\$500.

Então, conclamo aos Srs. Deputados que pudessemos aprovar essa emenda.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Último orador inscrito para encaminhar é o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Olha, entendo que esta Casa já está suficientemente esclarecida para votar. Os oradores que compõem, que integram a nossa Bancada e que utilizaram a tribuna foram suficientemente claros para demonstrar que a “escola belinatiana de comunicação”, nesta Casa, está fazendo sucesso. Eu tenho que reconhecer que é uma escola, Deputado Belinati, e V. Exa. está começando a ter discípulos, aqui, nesta Casa.

Primeiro queria chamar a atenção do nobre Deputado Marcelo Rangel e também do Deputado Elio Rusch, tenho aqui, em minhas mãos o Dicionário, que é o mais importante dicionarista do país, embora hajam até contravérsias sobre isso, mas popularmente o Aurélio é o mais conhecido, o significado de soldo: soldo não é salário, Deputado Marcelo Rangel e Deputado Elio Rusch, soldo vem do latim sólido, firme, consistente, a parte básica, fixa da remuneração a que faz jus o militar, conforme o seu posto ou graduação, e a qual se acrescenta uma parte variável, a gratificação dependente do tempo de serviço, função que exerce e etc. Essa é, simplificada, a definição de soldo. Só ganha soldo quem é militar, Excelência. Soldo não é salário. O policial militar ganha uma remuneração de R\$ 1 mil e 636, vai crescer agora mais 4.97 após esta Casa votar o projeto de lei que o Governador enviou a esta Casa.

Quero dizer também, Deputado Rossoni, e chamei a atenção de V. Exa. hoje, no bom sentido de chamar a atenção, em relação que havia um piso social complementar. Aí, V. Exa., claro, foi atrás e descobriu mesmo, há uma lei de 2006 que estabelece que nenhum servidor público pode ganhar menos que R\$ 580. Ora, quem está me escutando aqui nesta tribuna - R\$ 580 é maior ou menor que R\$ 548? É claro, não é, Deputado Jonas, que R\$ 580 é maior.

Então, olha, sinceramente, aqui eu tenho que reconhecer que no dia de hoje a discussão que estamos travando, Deputado Welter, lamentavelmente, quero dizer o seguinte - reconheço que em muitos momentos aqui nesta Casa travamos debates de alto nível e muitas questões que são relevantes têm sido debatidas. Até mesmo, tenho que reconhecer, que a Oposição, muitas vezes faz críticas pontuais que são interessantes para o processo legislativo. Mas, reconheçamos, foi muito mal, reconheço que as

emendas que foram apresentadas, Deputado Pugliesi, foram emendas que não contribuíram, Deputado Caíto Quintana, para que pudéssemos de fato debater este instrumento normativo poderoso que é o novo piso salarial regional do estado do Paraná entre R\$ 527 e R\$ 548. Eu reconheço.

Ouvi algumas falas aqui, uma intenção disfarçada de tentar contrariar o valor do piso, contrários ao piso. Mas eu entendo que a economia paranaense suporta sim esse piso, Deputado Marcelo Rangel. Sei que tem muito patrão que não gosta de pagar salário bom para os seus funcionários. Tem gente que gosta de pagar aquele salari-ozinho-mínimo e mais nada. Mas nós temos que avançar.

Temos uma economia dinâmica, que está crescendo acima da média nacional e aí, Deputado Péricles, nos temos que reconhecer os grandes feitos do Presidente Lula - que é um brasileiro, um homem simples, um retirante, torneiro mecânico - mas que está dando uma demonstração de competência fantástica, mudando o perfil da economia brasileira e da dinâmica da sociedade brasileira. E aqui no Paraná, nós sabemos, o Governador Requião incomoda muita gente pelo seu estilo de governar, mas é um Governo que tem política social, é um Governo que se preocupa com quem de fato precisa de Governo.

Por isso quero encaminhar aqui a forma de votarmos, agora é SIM. Temos que votar SIM. É assim que vamos votar no painel, até para não confundir ninguém, nenhum companheiro, encaminho a votação, vamos rejeitar as emendas votando sim ao parecer do Relator Carlos Simões. É desta forma que temos que votar. Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)**

Com todo o respeito ao meu amigo Romanelli, dizer que nessa escola que ele menciona com tanto entusiasmo, S. Exa. fez doutorado lá.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está encerrada a discussão. Em votação.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação à Mesa, se pudesse me fornecer o resultado da última votação da emenda do Deputado Mauro Moraes, gostaria de ter conhecimento dos Parlamentares que votaram NÃO e os que votaram SIM.

Portanto, se a Mesa pudesse me fornecer, até porque eu gostaria de saber como votou o Deputado Mauro Moraes nessa emenda. Se V. Exa. puder me fornecer.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não há dificuldade alguma, até porque é instantâneo hoje, graças ao painel, é completamente instantâneo.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Solicito à Mesa se é possível, na sequência, dar esta informação sobre o voto do Deputado Mauro Moraes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em seguida.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero requerer chamada nominal e que a Mesa esclarecesse a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. A chamada nominal é apenas para que as pessoas, não há necessidade de responder presença.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Só gostaria de perguntar à Mesa, nós temos direito a fazer encaminhamento também?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós estamos votando...

(**Vozes paralelas**)

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não, não, já discutimos. Agora podemos encaminhar a votação?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos fazendo a chamada nominal...

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não, nós temos sim direito a fazer os encaminhamentos para votação, Sr. Presidente, regimentalmente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, a Mesa já anunciou que está em votação. Não cabe mais encaminhamento. Desculpe, mas o Presidente anunciou.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não, não, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. quer encaminhar, Deputado? O Deputado Marcelo Rangel sem dúvida fará um pronunciamento extremamente rápido e não menos importante e esclarecedor.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou encaminhar porque é um direito regimental, ainda temos mais esse encaminhamento, mas eu serei extremamente breve para dizer que sou até fã dos pronunciamentos do Líder do Governo, mas dessa vez o Líder do Governo levou um Dicionário desse tamanho, Dicionário Aurélio, para dizer que soldo não é salário. Pois preciso informá-lo, que o dicionário on-line, fala a respeito do soldo de uma maneira mais rápida: soldo vem do latim, soldo por *sol-*

*dum*, vencimento dos militares, salário, retribuição; moeda francesa referente ao 20º de franco; nome de várias moedas antigas de Portugal em ouro.

Sr. Presidente, vou fazer um encaminhamento nesse momento me dirigindo especialmente aos Deputados do meu partido, o PPS - porque da última vez me dirigi a outras bancadas, de maneira respeitosa - pedindo o apoio para que possamos aprovar as emendas, para que possamos aprovar este soldo, soldo com o valor do salário-mínimo regional no estado do Paraná. Mas, desta vez me dirijo ao meu grande amigo, grande companheiro, pessoa que eu respeito, extremamente séria que me acompanha em todas as votações, Deputado Douglas Fabrício, do PPS. Peço a V. Exa., na verdade não precisaria nem pedir porque o senhor tem personalidade, firmeza eu já sei como o senhor vai votar, o senhor vai votar: pelo salário dos policiais; pelo salário dos professores; pelo aumento justo; legítimo dos nossos profissionais da área de Segurança. E aqueles meus amigos da Bancada de Oposição, a Bancada de Oposição guerreira, podemos perder esta batalha, mas vamos nos dobrar com a machadinha nos dentes, lutando até o final e vamos votar pelo Não, nessa votação tem que ser Não, não para derrubar o registro do Deputado que foi contra as emendas.

Era isso, muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão passa-se à votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito a Sra. 1ª Secretária que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Rosane Ferreira**)

(**Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Srs. Deputados, iremos votar agora as Emendas nºs 01, 02, 03 e 05. Estas quatro emendas receberam pareceres contrários da CCJ. Por esta razão, a votação se dá de maneira inversa.

Aqueles Deputados que forem contrários as quatro emendas, votam com a expressão SIM. Aqueles Deputados que forem favoráveis as quatro emendas, votam com a expressão NÃO.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, se V. Exa permitir, acho que a orientação do Líder poderia dirimir as dúvidas. Eu oriento os Parlamentares para que votemos NÃO ao parecer do Deputado Carlos Simões. Porque o parecer foi contrário às nossas emendas. Então, oriento à Bancada da Oposição e aos Deputados que queiram votar favoráveis à emenda, têm que votar NÃO.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Queria recomendar aos nossos Parlamentares para votarem com a expressão SIM, justamente para manter a coerência e rejeitar aquelas emendas. Então, vamos votar SIM!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parecer do Deputado Valdir Rossoni, NÃO. E Deputado Luiz Claudio Romanelli, SIM.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

O Bloco também orienta para acompanhar NÃO, contrário ao parecer exarado pelo Deputado Carlos Simões.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Pela Ordem**)

A Bancada do PDT está votando NÃO, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a votação.

Vai-se proceder a apuração. Vinte e nove Srs. Deputados votaram SIM. Dezenove Srs. Deputados votaram com a expressão NÃO. Estão **rejeitadas** as quatro emendas.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Justificativa de Voto**)

Apenas como justificativa de voto, rapidamente. Eu só queria dizer que não votamos contra o mérito de um salário menor ou maior. Votamos a favor do parecer do Relator, por serem inconstitucionais as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação a Emenda de nº 04, firmada pelos Deputados Reni Pereira, Rosane Ferreira, Pastor Edson Praczyk, Chico Noroeste, Fernando Ribas Carli Filho e Tadeu Veneri.

Parecer favorável da CCJ. Em discussão. em votação. **Aprovado**.

Em votação a emenda. **Aprovada!**

### 3ª Discussão

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que assegura aos Ministros de todos os cultos a assistência religiosa aos enfermos e presos de todo gênero. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS DE PLENÁRIO APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emendas. **Aprovadas**

Projeto. **Aprovado**.

### 1ª Discussão

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. PARECER CONTRÁRIO DA CSP. COM EMENDA DA CCJ. (ANEXO PROJETO DE LEI Nº 315/07). (**Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei**).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 158/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Fábio Camargo, ora em análise, tem o condão de isentar os doadores de sangue das taxas referentes à inscrição de concursos públicos, para preenchimento de vagas como servidores públicos, desde que atendidos os requisitos da lei.

##### Legitimidade

A Constituição Estadual assim assegura:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado especificamente: VII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetro estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;*

*IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade.*

Dessa maneira, a instituição de uma isenção, para os casos determinados por esse projeto de lei, dotado de orçamento próprio para o concurso, tem senão legitimidade para a propositura dessa proposta.

Vale dizer ainda, o termo “fica o Poder Executivo autorizado a isentar o doador de sangue ao pagamento de taxas de inscrição nos concursos públicos” utilizado pelo legislador no seu artigo primeiro esta erroneamente citado, tendo em vista que não cabe ao Legislativo estabelecer atribuições ao Poder Executivo.

Dessa forma podemos afirmar que não pode o Poder Legislativo interferir no Poder Executivo de forma a estabelecer que autorize determinada isenção, tendo em vista que se isso o fizesse, estaria contrariando a previsão constitucional estabelecida previamente na Carta Magna em seu artigo 2º:

*Art. 2º São Poderes da união, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo o Executivo e o Judiciário.*

Vale a pena destacar ainda o artigo 129, inciso II da Constituição Estadual que estabelece:

*Art. 129. Compete ao estado instituir:*

*II - taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.*

Classicamente são encontradas três funções diversas: a legislativa, a jurisdicional, e por fim a administrativa ou executiva. Dá-se o nome a essa tripartição de separação funcional de Poderes, ou seja, os Poderes do estado são diferenciados em razão de sua natureza, atributos ou efeitos. Nesse contexto interpretativo, a função legislativa é senão de elaborar as leis gerais e específicas. A função Jurisdicional do estado é a de aplicação das leis no caso concreto para o deslinde de litígios e a função administrativa ou executiva do estado é a realização concreta dos anseios coletivos, com a execução administrativa de projetos.

Considera-se ainda que, para a melhor atuação do estado, esses Poderes devem estar separados, porém conjugados no poder harmonicamente conforme estabelece o artigo 2º da Constituição Federal citado anteriormente.

A independência absoluta de cada poder geraria efeitos negativos, dificultando por isso seu controle. Não há meios práticos de se impor que um Poder exercite um único tipo de função. Por isso, cada um dos Poderes, exercita preponderantemente um tipo de função, não necessariamente exclusiva.

#### **Conclusão**

Sugerimos a emenda modificativa ao projeto ora em análise, conforme os artigos 136 e 137 do Regimento Interno dessa Casa.

Desse modo, e na forma da emenda modificativa em anexo conforme o Regimento Interno dessa Casa, desde que atendida, o projeto sana o vício quando à técnica legislativa, passando a estar em conformidade com a Lei Complementar nº 095/98, e trazer a tona seu real entendimento. Quanto à Lei Complementar nº 101/00, o projeto apresenta dotamento orçamentário autônomo, previsto para o próprio concurso. Nesse sentido, é senão constitucional o projeto ora em questão, por apresentar-se em perfeita sintonia com a legitimidade da propositura, do interesse e da técnica legislativa.

Pelo exposto, em sede de análise prévia, opinamos pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 23/04/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 158/07**

O artigo acrescido, conforme o artigo 136 e 137, parágrafo 4º, do Regimento Interno dessa Casa, passa a vigorar da seguinte maneira:

“Art. 1º Fica estabelecido a isenção de taxas de inscrição nos concursos públicos realizados pela administração direta, indireta, fundações públicas e universidades do estado aos doadores de sangue.”

Sala das Comissões, em 23/04/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

Apoioamento:

Artagão Júnior, Professor Luizão, Duílio Genari, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins e Reni Pereira.

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS AO PROJETO DE LEI Nº 158/07**

#### **P A R E C E R :**

O nobre Deputado Fábio Camargo coloca, para apreciação desta Casa, projeto meritório, que, se aprovado, sem dúvida incentivará um número maior de pessoas a fazerem doação de sangue. É sabido que poucos brasileiros se oferecem, espontaneamente, para doar sangue. Muitas vezes surgem apelos dramáticos, de hospitais, para que voluntários se apresentem, com urgência, para essa doação, necessária para salvar a vida de pacientes à beira da morte. Muitos se afastam da doação de sangue, receosos da AIDS. Outros não se sentem motivados a fazê-lo, por desconhecerem que o processo de retirada de sangue é muito simples e rápido. E há, também, aqueles que não se sensibilizam com a dor ou a necessidade de ajuda ao seu semelhante.

Por se tratar de matéria que autoriza, e não impõe, este projeto, na nossa visão, não causa nenhum impacto financeiro, daí o nosso parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02/05/07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

#### **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA AO PROJETO DE LEI Nº 158/07**

#### **P A R E C E R :**

Parecer ao Projeto de Lei nº 158/07 que dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências.

Para análise dessa Comissão o Projeto de Lei nº 158/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo que dispõe sobre a isenção, ao doador de sangue, do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e adota outras providências.

Pretende o autor criar benefícios para aqueles cidadãos que são doadores de sangue, os isentando do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos.

A esta Comissão cabe analisar o mérito pois a CCJ já se manifestou pela sua constitucionalidade.

É importante ressaltar que o ato de doar sangue é um gesto de solidariedade e que independe de vantagens econômicas para o doador.

A legislação pátria veda a comercialização de órgãos e tecidos. Não pode o legislador estadual criar uma espécie de comércio do sangue que salva vidas e expressa um sentimento de humanidade incomparável.

A ampliação do número de doadores passa por uma ampla política de conscientização dos cidadãos e pelo desenvolvimento de tecnologias e procedimentos que dêem segurança àqueles que estão dispostos a realizar esse ato de elevada solidariedade humana.

Bancos de sangue devidamente fiscalizados pela Vigilância Sanitária e equipados para assegurar qualidade e segurança na coleta e conservação do sangue, certamente possibilitarão a ampliação do número de doadores. Sangue não é uma mercadoria a ser trocada por gratuidade da inscrição em concurso público.

Projeto com este mesmo caráter, de autoria do Deputado Mauro Moraes, foi vetado pelo Chefe do Executivo.

Destaque-se que a taxa de inscrição de concurso público deve ser módica e servir apenas para custear as despesas do certame. Ao isentar o pagamento parcela dos candidatos ela se tornará mais onerosa para os demais. Alguém pagará por estas isenções.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição para que possa ir a plenário e ser debatida por todos os Deputados, no entanto, desde já nos manifestamos contrários ao mérito da mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22/05/07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

Em discussão. Em votação.

**Aprovado.**

Seguindo a orientação do Deputado Valdir Rossoni, estamos lendo todas as emendas dos projetos a serem votados.

### ***Discussão Única (Proposição)***

#### **ITEM 04**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 335/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, doar imóvel ao município de Maringá. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC Nº 367/06

Curitiba, em 22/12/06.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 378/06, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos

da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 335/06, face inconstitucionalidade por ofensa ao princípio da iniciativa, tendo em vista que, não tendo sido do Chefe do Poder Executivo, fere os artigos 66 e 87 da Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 335/06 encontra-se publicado no DA nº 072/06, de 19/06/06, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 019/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 335/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná a doar ao município de Maringá o imóvel de 797,28 m2, parte ideal da área constante na folha 095, do livro 3-H, de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis - 1º Ofício da comarca de Maringá, relativo ao lote 39-D da matrícula 1455.

#### **Fundamentação**

Reza a constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 h, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 05/03/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
FRANCISCO BÜHRER - Relator

Deverá ser feita votação nominal.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Apenas para encaminhar a votação da nossa Bancada, como V. Exas. sabem e especialmente sabe também a nobre Deputada Cida Borghetti, por quem tenho pessoalmente apreço, por conta da capacidade que tem de representar bem o município e a região de Maringá.

Além, é claro de ter um expressivo eleitorado na cidade de Curitiba.

Mas temos que reconhecer Deputada e Srs. Parlamentares, que o veto apostado pelo Governador Requião, está absolutamente correto. Na razão direta, em que a nobre Deputada Cida Borghetti, através de um projeto autorizatório que foi aprovado por esta Casa de Leis. Embora, na ocasião da votação, nós alertássemos, que os projetos autorizatórios eles têm um vício de constitucionalidade, em função que é o princípio, a reserva legal, o princípio da iniciativa. Porque é prerrogativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo de expor sobre o Patrimônio Público. Ou seja, esse projeto de lei, ele fere os artigos 66 e 87 da Carta Estadual.

Por isso é necessário, que nós possamos manter o veto do Governador Requião, porque se não nós estaríamos confrontando o ordenamento constitucional.

Quero aqui publicamente fazer um apelo a Deputada Cida Borghetti, porque esse tema, é um tema que tem que ser tratado numa discussão com o Governo.

Quero me colocar à disposição da nobre Parlamentar para estabelecer de forma objetivamente produtiva, seja com a Secretaria de Administração e depois por último com o próprio Governador Requião uma discussão, para que possamos, se for absolutamente fundamental que o Governo possa enviar a esta Casa de Leis uma mensagem com anteprojeto, podendo eventualmente se for o caso, e de interesse público, aí sim não na análise da constitucionalidade, mas do interesse público, dispor desse próprio, desse patrimônio público do Governo do Estado para o município de Maringá. Mas, quero dizer aqui publicamente que temos respeito pela Deputada Cida Borghetti e pelo pleito, Deputada. Mas também me coloco publicamente à disposição do desejo, e claro que é expresso por óbvio da municipalidade maringaense em poder obter a cessão desse imóvel; e claro, fazer uma discussão clara e objetiva, e se for o caso o Governador Requião poderá enviar a esta Casa a mensagem com o anteprojeto dispondo do imóvel.

Mas eu peço que a nossa Bancada mantenha o veto do Governador Requião, para que nós possamos ser coerentes do ponto de vista, daquilo que nós temos discutido, especialmente em relação ao apoio em que nós damos a chefia do Poder Executivo, especialmente nesse caso, tratando-se de uma matéria em que há indiscutivelmente um vício de iniciativa, porque é competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo. É isso Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, especialmente a Sra. Deputada Cida Borghetti, pela manutenção do veto do Governador.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar Deputada Cida Borghetti.

**A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (Para Encaminhar)**

Gostaria de pedir o apoio dos nobres Pares, Deputados e Deputadas desta Casa, com todo respeito ao nobre Líder, e que eu o chamo de professor Romanelli, e

da mesma forma eu tenho um apreço por V. Exa. Deputado Romanelli, e entendo que a sua contribuição é importante para o estado do Paraná enquanto Parlamentar. Um Deputado atuante, conhecedor que é das leis estaduais e por isso, eu entendo que como conhecedor sabe que está na Constituição do Estado do Paraná, no artigo 10º da nossa Constituição, que é prerrogativa inclusive nossa enquanto Parlamentares aprovar nesta Casa de Leis doações de imóveis.

Então, eu entendo, Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, que está na nossa prerrogativa sim votarmos aqui as doações de imóveis, e represento bem a cidade de Maringá e estarei portanto defendendo os interesses do município da nossa cidade de Maringá, bem como de todos os municípios do estado do Paraná. E quero aqui fazer justiça, esta obra ora referida no projeto de hoje é uma creche, a creche Bárbara Secibe que atende a tantas crianças, e que inclusive espera por muito tempo que essa cessão do uso de imóveis seja autorizatória para atender as crianças, que em dia de chuva as suas mães impossibilitadas inclusive de levar as suas crianças cedo, 7h, 8h da manhã para poder trabalhar e deixar as crianças na creche. Ora, eu sou mãe e eu sei da importância que é a creche para as mães que precisam trabalhar e deixar as suas crianças o dia todo nas creches. Então, peço aos nossos colegas que me ajude, que ajude a cidade de Maringá, que ajude portanto, é a nossa prerrogativa, está na Constituição do Estado. Entendo o senhor como Líder que é do Governo fazer a sua defesa. Mas, encaminho portanto que os nossos colegas nos acompanhem votando portanto, pela derrubada do veto no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está em votação. Deputado Rossoni quer encaminhar a votação.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, quando eu vejo o Governador do Paraná, deve ter pelo menos uma maringaense, ou uma mãe nos assistindo pela TV Assembléia. Imaginem, a Deputada Cida apresenta um projeto para doar um terreno para uma creche e o Governador veta. Imaginem o estado que estamos. É um estado onde o legislador tem que estar de joelhos dizendo amém.

Os Deputados que concordam com a Deputada Cida, em nome das mães paranaenses, em especial as mães maringaenses, acredito na palavra da mulher, da importância que tem a doação desse terreno à essa creche.

Quero crer que o Governador tenha assinado o veto sem ter percebido o tamanho do erro que está cometendo com as mães paranaenses que têm os seus filhos nas creches, em especial com as mães de Maringá.

Vamos marcar esta data aqui. Não há mais como o Parlamentar, por maior que seja a sua boa intenção, receber do Governador o veto. Aqui quem manda é o poderoso chefeão.



Quero pedir o voto dos Parlamentares. Os Parlamentares da Oposição tem conseguido 19 votos, mas acredito agora com a Deputada Cida, a mãe paranaense pedindo a doação desse terreno para a creche, acredito que o coração de muitos aqui vai se compadecer com isso e vai dizer NÃO ao veto do Governador.

Muito obrigado!

**O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Para Encaminhar)**

Em nome de todo Bloco Independente composto pelos Deputados: Pastor Edson Praczyk, Reni Pereira, Chico Noroeste e pela Deputada Rosane Ferreira, que é a mãe e entende bem essa questão, encaminho favoravelmente a esse projeto.

Muito obrigado!

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)**

É louvável o projeto da Deputada Cida Borghetti. Sabemos que um dos grandes problemas do Brasil, em especial aqui do Paraná, é a falta de creche. As creches são poucas para atender a demanda. Só em Curitiba faltam 45 mil vagas em creches.

A Deputada Cida Borghetti conseguiu 19 creches em Maringá. Recebeu o reconhecimento do UNICEF, e sempre foi considerada a “mãezona” para essas crianças.

Existem mulheres que são mães solteiras, ou o marido é doente, o marido trabalha e esta mulher tem emprego fora de casa para ajudar o marido, para ajudar no sustento da casa. E não tem aquilo que é fundamental para uma mãe trabalhadora, que é uma creche, pois ela não tem dinheiro para pagar uma babá particular.

É lamentável que seja vetado aqui o projeto. Conheço o coração do Deputado Romanelli, que deve estar dizendo: “Romanelli, derrube esse veto, em nome dessas crianças que não votam, que não têm título de eleitor, mas têm que ser tratadas com o maior carinho, o maior amor, o maior respeito do mundo.

Por isso, Deputada Cida Borghetti, parabéns por essa humanitária e cristã iniciativa, porque o terreno vai ficar parado, vai juntar matagal, rato, barata, às vezes pode ser até invadido, e por que não utilizar esse terreno numa obra tão meritória que a Deputada Cida Borghetti quer, que é uma creche.

Em nome dessas crianças, voto contra o veto e a favor do projeto da Deputada Cida Borghetti.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, pela ordem, só para esclarecer ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. já encaminhou.

Último orador inscrito, para encaminhar, com a palavra o Sr. Deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Sr. Presidente, rapidamente, gostaria de apenas fazer um encaminhamento a favor da Deputada Cida pela derrubada do veto.

Acho que é uma criança que não vai trazer nenhum problema para o estado nem para o patrimônio público. É algo que se fosse vindo do Palácio Iguaçu para cá, uma solicitação autorizando a Assembléia a fazer a doação, estaria perfeitamente dentro daquilo que está estabelecido no projeto, ou seja, estamos fazendo o caminho inverso. Não acho que é um prestigamento para esta Casa. Acho que é um desses casos em que o projeto autorizatório é válido.

Por isso, acho que devemos dar este voto de confiança ao projeto da Deputada Cida.

Obrigado, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Atenção, Deputados, vai se proceder à votação. Os Deputados que forem favoráveis ao veto votam SIM, os Deputados que forem contrários ao veto votam NÃO. Em votação.

Encerrada votação. Vai se proceder à apuração.

São 27 votos. Faltou um voto e, infelizmente, **está mantido o veto.**

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Gostaria de esclarecer uma dúvida, até do painel, para que entendamos. Se olhar no painel, agora, tem 13 votos SIM e 26 NÃO. São 39. Tem 43 Deputados. Como eu verifico quem se absteve da votação da doação desse terreno para a creche?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Aquelas pessoas onde não consta. Que estão presentes e não votaram.

**O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

O Deputado Antonio Anibelli, votou e não consta nem SIM, nem NÃO.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Então, ele não votou.

Deputado Praczyk, não é a primeira vez que estamos votando. A partir do momento em que digo: encerrou-se a votação, fecha-se o painel, aí não adianta votar mais. O Deputado Plauto que não votou, votou nominalmente. Infelizmente, temos 27 votos e o veto está mantido.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Apenas para reafirmar após a votação, a intenção que temos de, com a Deputada Cida Borghetti, fazer os

encaminhamentos necessários junto ao Governo do Estado, para que ele possa enviar uma mensagem a esta Casa, é a abertura de uma rua que já está ensaiada. Obviamente vamos encaminhar o tema, mas resolver de forma legal e constitucional. Comprometo-me a encaminhar o tema junto com a Deputada. A creche já existe, já funciona. É que temos, lamentavelmente, alguns que encaminham que desinformam os Parlamentares e a opinião pública.

Comprometo-me, Deputada Cida, a fazer os encaminhamentos para que possamos resolver o tema.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Presidente Nelson Justus, parece que estou assistindo uma novela. Primeiro nego e depois digo: encaminhem que vou resolver. Quer dizer, se não podia antes, não pode agora e não pode depois. É óbvio.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero agradecer a sensibilidade dos 27 Deputados e a prerrogativa do nosso trabalho parlamentar. E quero de pronto agradecer aos dois Líderes, ao Líder Romanelli e ao Líder Rossoni, pelo encaminhamento e aos nobres Pares que puderam aqui encaminhar favoravelmente. E agradecer à população de Maringá, ao Deputado Batista que nos acompanhou nesta votação. Neste entendimento vamos estar juntos, o 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, vai estar conosco. Temos um parecer favorável inclusive.

Agradeço a sensibilidade e o apoio que obtivemos na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns.

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 844, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 845 a 849, 875 a 881, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 850 a 874, 882, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 883 a 887, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 821, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero dizer justamente isso. O Deputado Ribas Carli Filho faz um requerimento muito posicionado. Entendo que o Secretário Virgílio tem que explicar, de fato, essa questão que envolve os APLs e certamente vamos ter uma solução para incluir essas regiões nos arranjos produtivos locais, absolutamente fundamentais para promover o desenvolvimento regional a partir do desenvolvimento econômico de regiões que estão deprimidas economicamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ribas Carli Filho.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, começo encaminhando já agradecendo o nobre Líder do Governo pelo entendimento que tivemos. Fiz questão de buscar esse requerimento de um projeto de arranjos locais, feito em todas as regiões do estado do Paraná. E tivemos publicações feitas pela Secretaria do Estado da Indústria e Comércio e Assuntos do MERCOSUL que inclui o sudoeste, oeste, a região metropolitana de Curitiba e deixa de fora toda região central do Paraná.

Então, entramos em um entendimento para saber os critérios e de que forma esses Arranjos Produtivos Locais foram preestabelecidos numa previsão do Governo, para que Guarapuava e toda região central e o sul do estado também possam estar incluídos nessa previsão de US\$ 16 milhões e 600 mil.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

O meu ofício me obriga a interromper, até porque me chama a atenção o nobre 1º Vice-Presidente desta Casa, da necessidade, vejam que é uma formalidade, mas indispensável é votar em 3ª discussão e em redação final, amanhã, porque ele recebeu emenda, o projeto do piso salarial. Porque o Governador tem que estar como o projeto pronto, para ser sancionado legalmente no dia 1º.

É necessário que tenhamos uma Sessão Extraordinária, amanhã, para terminarmos a votação desse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já está marcada. Amanhã “liquidamos a fatura” de qualquer maneira. Está resolvido o assunto.

## **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 760/07, 075, 079, 106, 111, 115, 133 e 141/08.

Levanta-se a Sessão.

***Publicações:******Atas de Comissões******Redação***

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2008, reuniu-se na sala de reunião das comissões, sob a presidência da Sra. Deputada Beti Pavin, com as presenças dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Duílio Genari e Ademar Traiano, membros da Comissão. Havendo número legal, a Sra. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 095/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 06/08. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) BETI PAVIN - Presidente  
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

***Constituição e Justiça***

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três do mês de abril do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapason, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi, Antonio Belinati e Dr. Batista.

Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 116/08 e 097/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 116/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Carlos Simões FAVORÁVEL à Emenda de Plenário nº 04 e CONTRÁRIO às Emendas de Plenário nºs 01, 02, 03 e 05 - APROVADO. O Sr. Deputado Duílio Genari apresenta requerimento de preferência de votação aos projetos de lei de utilidade pública. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 079/08, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 106/08, de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 809/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 031/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 111/08, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 123/08, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 127/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 128/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 760/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 133/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 136/08, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 141/08, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 149/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 772/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer do Deputado Tadeu Veneri CONTRÁRIO, às emendas de Plenário - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 097/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO. O Sr.

Presidente coloca em votação o parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO por unanimidade. O Sr. Presidente coloca em votação a emenda apresentada no parecer do Relator - APROVADA com voto de minerva do Sr. Presidente Deputado Durval Amaral. Os Srs. Deputados Duílio Genari, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Reni Pereira, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni votaram favoravelmente e os Srs. Deputados Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Francisco Bühler, Luiz Claudio Romanelli e Waldyr Pugliesi votaram contra; 17) Projeto de Lei nº 795/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer do Deputado Reni Pereira FAVORÁVEL à emenda de Plenário - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 029/08, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - APROVADO com voto CONTRÁRIO dos Deputados Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri; 19) Projeto de Lei nº 034/08, de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 20) Projeto de Lei nº 039/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni à emenda oferecida na Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, na forma da subemenda anexa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 043/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana à emenda oferecida na Comissão de Finanças, na forma da subemenda anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 084/08. O Sr. Presidente coloca em votação o

requerimento - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 084/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. O Sr. Deputado Edgar Bueno apresenta requerimento de retirada de pauta ao projeto de lei. O Sr. Presidente determinou a devolução da matéria ao autor; 23) Projeto de Lei nº 052/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira. Parecer do Deputado Artagão Júnior pela DEVOLUÇÃO da matéria aos autores, bem como pela baixa em diligência junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente - DEFERIDO pelo Presidente; 24) Projeto de Lei nº 054/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Sr. Deputado Caíto Quintana, Relator, requer a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado dos Transportes e ao Departamento de Estradas e Rodagem - DEFERIDO pelo Presidente; 25) Projeto de Lei nº 055/08, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 090/08, de autoria do Deputado Ademar Traiano. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício, Luiz Claudio Romanelli e Tadeu Veneri SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 27) Projeto de Lei nº 069/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühler - REJEITADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Andretta - Secretária